

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX

Tel. 76 97 22 / 25

— Telex 18390

Composição e impressão — Heskia Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

Ano 60 — Série VII — N.º 876

4 de Outubro de 1990

Preço: 80\$00

Vitória em S. Miguel de Rio Torto (Abrantes)

De 573 para 865 votos; de 28,2% para 43,8%

Pág. 1/Em Foco

Reunião da Comissão Política

- As condições de vida dos trabalhadores portugueses não têm cessado de se agravar
- Corrupção em altos cargos públicos — PCP pronuncia-se pelo completo esclarecimento da verdade e rigoroso apuramento de responsabilidades
- Evolução do processo de privatizações suscita a mais enérgica contestação
- Governo encara com leviandade as GOP e o OE e procura instrumentalizá-los para fins de demagogia eleitoralista
- Cavaco Silva no Japão e nos EUA — Governo não representa nem defende com eficácia os interesses de Portugal
- Actividade partidária — crescente dinâmica por parte das diversas áreas e organizações
- Saudação à CGTP/IN pelo 20.º aniversário

Pág. 4/Semana

Jornadas Parlamentares

Comunistas vão levar à discussão do Orçamento os problemas sociais do País

Págs. 1 e 2/Semana



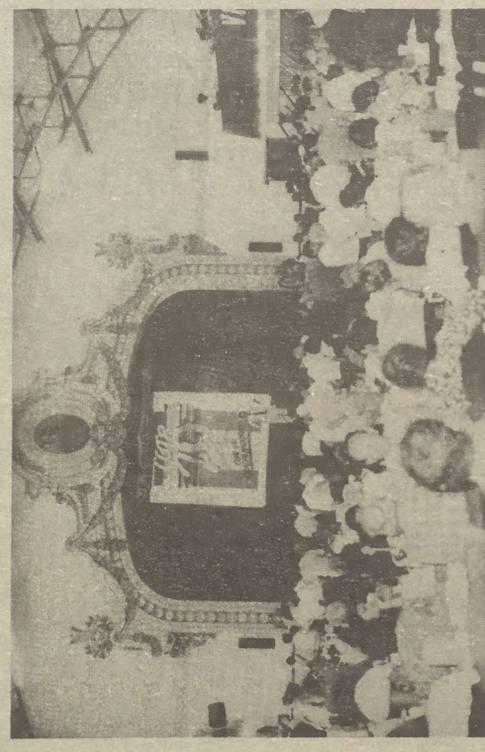
ESCORRAL

Onze anos depois o exemplo permanece na memória colectiva

- Intervenção de Octávio Pato

Págs. 6 e 7/Semana

170
mil Contos
para o Terreno
da festa
evanê com a campanha



Cerca de 700 actuais e antigos dirigentes sindicais reuniram-se no sábado na Voz do Operário, para participarem no almoço comemorativo dos 20 anos da CGTP

Pág. 3/Semana

CGTP/IN FEZ 20 ANOS!

«O carácter unitário da CGTP, central sindical dos trabalhadores independentemente das convicções políticas, tornou possível que a CGTP seja só por si uma poderosa expressão e afirmação de unidade sindical e de unidade dos trabalhadores». (Álvaro Cunhal na visita à exposição comemorativa do 20.º aniversário).



Álvaro Cunhal
no Uruguai

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, partiu esta madrugada para o Uruguai, onde representará o Partido Comunista Português no XXII Congresso do Partido Comunista do Uruguai, que terá lugar nos dias 5, 6 e 7 do corrente mês de Outubro.

Situação, propostas e medidas para a INDÚSTRIA DO CALÇADO na Comunidade Europeia

Parecer de Carlos Carvalhas aprovado pela Comissão de Assuntos Económicos do Parlamento Europeu

Págs. 6 e 7/Em Foco



Marechal
Humberto Delgado

Amanhã, dia 5 de Outubro, os restos mortais de Humberto Delgado serão trasladados para o Panteão Nacional, por decisão tomada pela Assembleia da República. Entretanto o Presidente da República atribuiu ao general a dignidade de Marechal da República da Força Aérea.

No próximo número, o «Avante!», publicará um artigo do nosso Director sobre os acontecimentos de 1958, em que Humberto Delgado teve destacado papel, no âmbito da resistência e combate ao fascismo.

170 mil contos!
Vamos cumprir as metas até ao fim do ano!

Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 876

4 de Outubro de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Os trabalhadores, a democracia e a corrupção

A CGTP-IN comemorou esta semana 20 anos de existência.

Em entrevista concedida na passada semana ao «Avante!», o coordenador geral da central chamava a atenção para o facto de que estas duas décadas, se são, do ponto de vista dos padrões do tempo histórico, um período relativamente pequeno, são do ponto de vista da História portuguesa uma realidade particularmente significativa.

Por um lado, afirmou Manuel Carvalho da Silva, «a CGTP/Intersindical Nacional é legítima herdeira do movimento sindical português, de toda a movimentação operária no nosso País que data já do século passado»; por outro, «estas duas décadas não são duas décadas quaisquer na História do povo português, são vinte anos preenchidos com transformações importantes, e isso representa muito.»

A relevância da intervenção do movimento sindical unitário na vida portuguesa é uma evidência que em todas as quadrantes foi reconhecida a propósito deste 20º aniversário. A intervenção dos trabalhadores organizados nos seus sindicatos e na CGTP constitui um elemento fundamental sem o qual é impossível compreender as profundas modificações que completamente alteraram a vida do povo português nestes 20 anos.

Que o 1º de Maio de 1974, comemoração do Dia do Trabalhador, uma semana depois do 25 de Abril, tenha constituído a irrecusável consagração popular da acção dos Capitães de Abril é uma justa expressão de uma realidade incontornável: nem o 25 de Abril e o derrubamento da ditadura fascista, nem a construção e consolidação da democracia em Portugal teriam sido possíveis sem a luta da classe operária e do seu movimento de classe.

A profunda identificação dos interesses dos trabalhadores portugueses com os próprios interesses de todo o povo e do País - realidade desde sempre apontada e sublinhada pelo PCP - integraram a acção sindical, mesmo nos seus aspectos reivindicativos mais particulares ou imediatos, no fluxo global da intervenção popular por um Portugal democrático, mais justo e mais progressivo.

Esta inseparável interligação entre Portugal, a liberdade, a democracia e o movimento operário não tem aspectos puramente políticos, não se manifesta exclusivamente na rica e determinante componente de

acção de massas da realidade nacional das duas últimas décadas.

O papel dos trabalhadores na sociedade portuguesa manifestou-se igualmente na afirmação no tecido social de valores de carácter ético que positivamente a marcam também. Deste papel, da importância política e ideológica do movimento operário no nosso país nasce a generalização e aceitação social de valores próprios de classe, nomeadamente o respeito e a valorização do trabalho como padrão de avaliação humana e ética e a solidariedade como padrão de comportamento de classe.

Percorre profundamente o tecido da sociedade portuguesa o reconhecimento do trabalho como factor determinante da transformação da vida, como factor de dignificação do homem, como elemento básico de criação de riqueza e progresso. Dizer de um homem ou de uma mulher que é pessoa trabalhadora constitui em Portugal um elogio. Que assim seja é revelador de uma consciência social que traz em si própria a valorização do que efectivamente transforma a humanidade e a vida.

A generosidade, a solidariedade, a fraternidade constituem igualmente traços do carácter português universalmente reconhecidos. O povo português mantém entranhadamente o apreço pelo acto solidário, pelo empenhamento generoso e desinteressado, pelo fraternalidade, pela amizade e pela dedicação. São traços de um humanismo profundo criado por séculos de uma História onde o trabalho, o esforço, a enteadura estiveram sempre presentes, causa e consequência da determinante participação de quem trabalha e produz no traçar desses séculos.

Não pode deixar de merecer reflexão que, exactamente na mesma semana em que o movimento sindical unitário, expressão viva da pujança e dos valores dos trabalhadores portugueses, comemora os vinte anos da CGTP/IN, igualmente marque a vida portuguesa a fase aguda de processos de corrupção que atingem figuras do mais alto nível da vida política portuguesa: a prisão de Costa Freire e o anúncio do processo contra Carlos Melancia.

É o brutal contraste entre dois universos, duas medidas, duas formas de estar no mundo e na vida.

De um lado, o trabalho, a honestidade, o esforço, o reconhecimento e o apreço pela criação; do outro, a ambição do lucro, o desenrasca, o oportunismo, a corrupção.

De um lado, a generosidade, a solidariedade, a acção comum, o conjugar de esforços; do outro, a indiferença ao agravamento das desigualdades, o egoísmo desenfreado, o desrespeito por tudo e por todos.

Comentando esta situação, a nota da Comissão Política do CC do PCP da passada segunda-feira sublinha com toda a justeza que «a proliferação de casos e situações apresentadas como de actuações lesivas da legalidade no exercício de funções públicas, abuso de poder e corrupção não pode ser dissociada de um conjunto de orientações políticas e valores que tem dominado desde há vários anos a acção governativa em Portugal. Na verdade, era previsível que a política de restauração do poder e privilégios do grande capital (...) e uma poderosa ofensiva ideológica endeusando a força do dinheiro e o prestígio social dos poderosos, a especulação, os enriquecimentos vertiginosos sem qualquer relação com a actividade produtiva, o egoísmo e a lei da selva nas relações sociais acabariam por fomentar e proteger fenómenos de corrupção, clientelismo e arrivismo, utilização indevida de relações públicas para favorecer negócios privados».

Não constituem de facto áreas separadas da vida nacional o plano do valimento social e político dos trabalhadores e as garantias de reconhecimento e prática de princípios de honestidade e isenção na acção pública.

É ainda a Comissão Política do PCP que salienta «que uma eficaz e duradoura moralização da vida pública e a salvaguarda da ética do serviço e das funções públicas exigem, para além das necessárias responsabilizações individuais, um firme combate à política e aos valores que impulsionam o fenómeno da corrupção e uma mudança profunda na política, nos objectivos e nos critérios que de há muito inspiram a acção de sucessivos Governos, com destaque para os Governos do PSD».

As comemorações do 20º aniversário da CGTP, no que revelaram de saúde e pujança do movimento sindical unitário, constituíram um factor positivo para o esforço de encontrar uma alternativa democrática que assegure o fim da política de direita e garanta uma profunda alteração à realidade nacional. Mas outros elementos apontam para o reforço da determinante intervenção dos trabalhadores com este objectivo.

Para os três meses que nos separam do final de 1990 estão já anunciadas nove iniciativas nacionais do PCP, três das

quais com data marcada: o Encontro sobre Independência Nacional já em 20 deste mês, o Seminário sobre questões de Ambiente e o Debate sobre desenvolvimento regional marcados para 14 também de Outubro e, no dia anterior, o Seminário sobre a Mulher na Comunidade Local.

Até 31 de Dezembro previstos igualmente a Reunião de Quadros sobre questões de Organização e iniciativas sobre a Agricultura Portuguesa e 2ª Fase de Transição, sobre Ciência e Tecnologia, sobre o Ensino Superior, a Emigração e as Pescas.

Sublinhe-se, por outro lado, que, além do Encontro Nacional da JCP em 11 de Novembro próximo, se irão igualmente realizar neste período mais de uma centena de assembleias de organização do PCP, entre as quais se incluem a da Região Autónoma dos Açores e onze de âmbito regional: Lisboa, Setúbal, Santarém, Évora, Beja, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Vila Real e Algarve.

É um retrato de uma situação de vitalidade e de consciência da necessidade de enfrentar novas realidades e para elas encontrar soluções que não encontra paralelo em qualquer força política portuguesa. Que seja o retrato da vida de um partido que tem nos trabalhadores a sua base de apoio e que da defesa dos seus interesses e anseios faz o eixo da sua intervenção política, eis um facto que importa sublinhar.

Tem sido repetidas vezes apontado que a concretização de uma alternativa política à direita governante requer o entendimento entre as forças democráticas e nomeadamente entre comunistas e socialistas.

As eleições intercalares na freguesia de S. Miguel do Rio Torto realizadas no passado Domingo forneceram um conjunto de indicações que interessa serem analisadas por todas as forças democráticas.

A CDU conquistou a maioria passando de 3 para 4 mandatos e de 573 para 865 votos, um aumento de 51% no número de eleitores. O grande derrotado, como se desenvolve no comentário que se publica neste número, foi o Partido Socialista, em circunstâncias que merecem particular atenção.

Mas uma lição desde já é possível extrair de tudo quanto esta semana, entre eleições e aniversário, preparação de iniciativas e esforço de organização, corrupções e processos judiciais, se passou: o futuro democrático de Portugal continua a passar imprescindivelmente pela participação dos trabalhadores e os trabalhadores, com o seu movimento sindical unitário, com a sua CGTP, com o seu Partido de classe, o PCP, estão em condições de assegurar.

Resumo

26 Quarta-feira

O Governo admite aumentar de novo o preço dos combustíveis ■ Os quatro sindicatos representativos dos trabalhadores da RTP, anunciam que vão realizar plenários para debater a situação na empresa ■ Cavaco Silva compara a questão de Timor à do Kuwait, num discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas ■ O embaixador da Arábia Saudita nos Estados Unidos acusa a Jordânia de apoiar o Iraque ■ Uma greve geral paralisa a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, um dia depois de o exército israelita ter iniciado uma das maiores operações de demolição de casas de árabes ■ Milhares de sérvios respondem ao apelo do Movimento de Renovação da Sérvia e manifestam-se no centro de Belgrado, após as autoridades terem proibido quaisquer protestos nas artérias da capital jugoslava ■ Morre o escritor Alberto Moravia, quando contava 82 anos de idade.

27 Quinta-feira

Carlos Carvalhas discursa na abertura das Jornadas Parlamentares do PCP, que decorrem em Évora ■ O Conselho de Ministros aprova as Grandes Opções do Plano para 1991 ■ Carlos Melancia demite-se do cargo de governador de Macau ■ Bem Bella, ex-presidente da Argélia, regressa ao seu país, exigindo a demissão do actual governo ■ MPLA e UNITA estabelecem em Sintra alguns princípios técnicos para o cessar-fogo em Angola ■ O secretário de Estado norte-americano, James Baker, e o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, anunciam em Nova Iorque um acordo de princípio sobre a redução de material de armamento convencional na Europa.

28 Sexta-feira

As jornadas parlamentares do PCP apelam aos partidos de esquerda para criarem uma alternativa democrática nas próximas legislativas ■ Cerca de cem oficiais superiores e generais de todos os ramos das Forças Armadas contestam num debate público a redução do serviço obrigatório para quatro meses ■ A Polícia Judiciária detém o ex-secretário de Estado da Administração da Saúde, Costa Freire, indiciado de crime de burla juntamente com Manuel Belezza, Agostinho Silva, Jorge Macieira e Garcia Correia ■ A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda exige após, ter raptado dois portugueses,

conversações em Lisboa com o Governo sobre a independência daquele território ■ Mais de uma centena de agricultores produtores de arroz do distrito de Setúbal desmobilizam uma concentração com corte de estrada, depois de o Governo decidir aprovar a situação levantada quanto à comercialização daquele cereal ■ O congresso dos social-democratas alemães elege o seu líder, Oscar Lafontaine, como candidato do SPD a chanceler ■ As autoridades sul-africanas restabelecem a imunidade a Cris Hani, líder do braço armado do ANC ■ O Japão e a Coreia do Norte decidem estabelecer relações diplomáticas ■ A Assembleia Nacional de Cabo Verde aprova os artigos da proposta de revisão constitucional que liberalizam a criação de partidos políticos.

29 Sábado

Realiza-se na Voz do Operário um almoço comemorativo dos 20 anos da CGTP-IN, em que participam mais de setecentas pessoas ■ O Partido Ecologista «Os Verdes» decide que não vai apresentar nenhum candidato às eleições presidenciais ■ Cavaco Silva afirma que sociedade civil deve pressionar o decisor político para corrigir o rumo em questões de ambiente ■ Os Trabalhadores Sociais-Democratas reúnem o seu Conselho Nacional, reafirmando a defesa de um acordo entre os parceiros sociais e o Governo ■ Os socialistas acusam o Governo de eleitoralismo e de irresponsabilidade por apontar, na proposta de Grandes Opções do Plano, uma taxa de inflação de 10 por cento para 1991 ■ Mais de 50 mil pessoas assistem ao espectáculo de Tina Turner no Estádio José Alvalade.

30 Domingo

O Governo chinês afirma que está disposto a continuar a fortalecer a sua cooperação com o Governo português ■ A RTP revela que Jonas Savimbi poderá visitar Lisboa dentro de duas semanas ■ Realizam-se eleições autárquicas na Hungria, registando uma abstenção superior a seis por cento nas principais cidades ■ O presidente Saddam Hussein apela ao diálogo para uma «solução realista da crise do Golfo, mas exclui a retirada das suas tropas do emirado do Kuwait ■ A Jordânia ameaça impor restrições no número de entrada de refugiados do Iraque e do Kuwait ■ A OLP solicita oficialmente uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para decidir medidas susceptíveis de assegurarem a protecção das populações palestinianas nos territórios ocupados por Israel ■ A União Soviética decide rea-

lar as suas relações consulares com Israel.

1 Segunda-feira

A Comissão Política do PCP solicita o completo esclarecimento da verdade e o rigoroso apuramento de responsabilidades nos processos judiciais de titulares e ex-titulares de altos cargos políticos envolvidos em alegados casos de corrupção ■ Freitas do Amaral responsabiliza Cavaco Silva por o espaço político à direita do PS não ter candidato alternativo a Mário Soares ■ Álvaro Cunhal visita a exposição comemorativa do 20 anos da CGTP, onde exorta a central a prosseguir a sua actividade na defesa dos interesses dos trabalhadores e na construção de uma sociedade nova em Portugal ■ O Juiz de Instrução Criminal confirma a prisão do ex-secretário de Estado da Administração de Saúde, Costa Freire ■ As quatro potências vitoriosas da 2.ª Guerra Mundial assinam em Nova Iorque uma declaração que suspende os seus direitos e responsabilidades em Berlim e na Alemanha no seu conjunto ■ O chanceler da RFA, Helmut Kohl, é eleito presidente da União Cristá-Democrata CDU alemã, durante congresso de unificação da CDU do Leste e do Oeste da Alemanha ■ O presidente George Bush afirma perante a Assembleia Geral das Nações Unidas que uma retirada iraquiana do Kuwait poderá abrir a via para uma solução pacífica para a crise do Golfo ■ Um porta-voz do exército israelita anuncia que vão ser distribuídas progressivamente máscaras de gás a toda a população israelita e aos palestinianos dos campos ocupados.

2 Terça-feira

À meia-noite, os dois Estados alemães, RFA e RDA, passam a constituir um só país, depois da separação resultante da 2.ª Guerra Mundial e dos sistemas sociais diferentes que durante mais de 40 anos dividiram a Alemanha ■ Jonas Savimbi declara nos Estados Unidos que a UNITA já não exige o seu reconhecimento como partido político para negociar o cessar-fogo com o governo angolano ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa admite a possibilidade de recurso a várias formas de luta incluindo a greve, com vista a obter resultados positivos nas reivindicações dos professores ■ O Sindicato dos Jornalistas alerta para a gravidade da situação na imprensa recordando que em apenas 11 anos desapareceram 14 títulos ■ Uma bomba explode num avião chinês que se preparava para aterrar em Cantão, provocando a morte de 120 pessoas.

Avante!

Proprietários de todos os direitos UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA, Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa

Capital social: 15 000 000\$000 CRC matriculada: 47059 NIF - 500 050 440

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 84 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º, Tel. 67 01 93

Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 4000 Porto

Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

Jornadas parlamentares do PCP

rendimento dos agricultores, agravando o défice agro-alimentar do País e deixando sem resolução os problemas estruturais do sector. Os deputados comunistas, com o objectivo de contribuir para a definição de uma política alternativa, vão apresentar na AR um pacote legislativo. Vai propor o PCP, entre outros documentos, programas de «Orientação e Fomento da Produção Hortofrutícola» e de «Valorização e Fomento das Raças Bovinas Autóctones». Solicitará ainda que seja dada urgência à aprovação do projecto de lei que altera a prova de existência de contratos de arrendamento rural, como forma de evitar que os agricultores rendeiros sejam marginalizados no acesso aos fundos comunitários.

Além de se ir bater pelo reforço no Orçamento de Estado das verbas destinadas ao equipamento das corporações de bombeiros, o PCP apresentará na AR um «Programa de Emergência para a Floresta Portuguesa» e um «Programa de Reflorestação para as Áreas Áridas».

Outras preocupações

Da emigração à juventude, das mulheres à defesa do ambiente, das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto à Carta dos Direitos e Garantias dos Cidadãos perante a Administração Local, nas conclusões das jornadas parlamentares do PCP ressaltam, além das já referidas, várias outras propostas de resolução de problemas de natureza social ou com repercussão nas condições de vida dos portugueses: a retoma do projecto de lei instituindo em 40 horas a duração máxima semanal do horário de trabalho e do projecto sobre combate à discriminação dos representantes eleitos dos trabalhadores; a apresentação de um projecto sobre higiene e segurança no trabalho; o agendamento prioritário de projectos sobre medidas de desenvolvimento da educação pré-escolar, sobre o apoio social aos estudantes do Ensino Superior, sobre o combate ao insucesso escolar, bem como a apresentação de um projecto de lei sobre gestão

democrática dos estabelecimentos de ensino básico e secundário.

Serão ainda tocadas por iniciativas parlamentares do PCP áreas como o regime de acesso ao Ensino Superior, a participação das organizações juvenis na reestruturação das Forças Armadas e do serviço militar obrigatório; a eliminação dos limites máximos das pensões dos emigrantes (garantindo que o valor mínimo é igual ao do regime geral) e a criação (proposta a retomar) do Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas.

O Grupo Parlamentar analisou os efeitos negativos para Portugal das opções conhecidas em relação ao orçamento da CEE para 1991, alertando para a necessidade de, na distribuição dos fundos, corrigir orientações que contrariam o princípio da coesão económica e social.

A propósito dos temas comunitários, os deputados comunistas expressaram - na conferência de imprensa em que foram apresentadas as conclusões das jornadas parlamentares - o

mais vivo protesto contra a discriminação do PCP que o presidente da AR fez, ao excluir o Partido, por decisão pessoal sua e contra a proposta da Comissão de Assuntos Europeus, da delegação parlamentar que vai participar na reunião preparatória das *Assises* (reunião dos parlamentos nacionais dos «doze» com o Parlamento Europeu).

Em vésperas do Dia Mundial da Música, os deputados do PCP saudaram os músicos portugueses, anunciando que brevemente vão tomar um conjunto de iniciativas, incluindo no debate orçamental, sobre ensino musical, situação das orquestras e do teatro de S. Carlos, defesa das garantias dos artistas portugueses e das bandas e filarmónicas populares.

Foi ainda decidido que o PCP vai requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei de alterações à Lei da Reforma Agrária, bem como da Lei de Bases da Saúde e da Lei de autorização legislativa para agravamento do regime de arrendamento urbano.

Cumplicidades

Confirmando indícios que se foram avolumando ao longo dos meses, o ex-secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, foi há dias preso pela Polícia Judiciária indiciado por crime de burla. A monte e acusado do mesmo crime está José Manuel Beleza, irmão da ex-ministra da Saúde que foi a responsável directa de Costa Freire quando este desempenhou o cargo governamental de que presumivelmente se serviu para as traficâncias por que, agora, foi preso. Fala-se, para já, de 50 000 contos evaporados numa mirabolante campanha de publicidade encomendada pelo ex-secretário de Estado, de adjudicações entregues, sem concurso, a empresas onde Costa Freire tinha interesses, de negócios escuros na construção e apetrechamento de diversos hospitais e alude-se à célebre mansão de 65 000 contos adquirida misteriosamente pelo ex-secretário de Estado da Saúde.

Curiosa foi, entretanto, a reacção do Governo a que Costa Freire pertenceu — e não pelo que disse, mas pelo que não disse.

O que disse foi: «Num Estado de Direito como o nosso — em que vigora o princípio da separação de poderes — ninguém está acima da lei e a lei obriga a todos por igual».

Também era só o que faltava, que o Governo do País não reconhecesse formalmente que «ninguém está acima da lei e a lei a todos obriga por igual». O que o Governo não disse foi o que já havia dito, pela boca do próprio Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na altura em que o escândalo rebentou na Imprensa.

De que não passava tudo de uma campanha para difamar o Governo.

De que o Governo, através da difamação de alguns dos seus membros, estava, ele todo, a ser vítima duma cabala sinistramente arquitetada.

O que leva à conclusão de que o Governo, se então já pensava que «ninguém está acima da lei», julgava, pelo menos, que o Governo e os seus membros estavam «acima de qualquer suspeita». O que é, no mínimo, uma ingenuidade e, de facto, uma distorção grosseira do próprio princípio.

Mas, admitindo que a defesa de Cavaco Silva em prol dos seus colaboradores partiu duma surpreendente confiança cega na lisura dos homens e duma fantástica ignorância do que faziam os membros do seu Executivo, não se compreende este comunicado anónimo, escudado no colectivo e limitando-se a descolar da situação num parágrafo fugitivo. Esperar-se-ia, ao menos, uma nota de indignação, o assumir do erro, para não falar da satisfação a dar ao País pela, agora torpe, suspeição que lhe foi lançada à cara com o célebre discurso do Primeiro-Ministro na televisão, a defender a honra do convento. Só que há mais.

Na altura em que rebentou o escândalo o Primeiro-Ministro fez duas coisas, ao discursar na televisão. Uma, que ele supôs convincente e definitiva no abafar do escândalo, ao lançar o seu próprio peso de Primeiro-Ministro na negação oficial dos factos.

Outra, que ele pretendeu ser uma habilidade estratégica, ao personalizar no Governo, através da suposta maquinação inimiga, todos os actos individuais dos seus membros, que ali ficaram, implicitamente, acima de qualquer suspeita.

Pelo que o Governo de Cavaco Silva não pode livrar-se das malfetorias dos seus membros, provadas ou a provar em tribunal, lavando as mãos num parágrafo a reconhecer o primado da lei.

Nem pode livrar-se da responsabilidade que efectivamente tem, como órgão de Estado que representa, na produção de quaisquer actos criminosos por parte de governantes, invocando o princípio da separação de poderes.

A solidariedade não se pode confundir com cumplicidade — sobretudo num governo.

O Primeiro-Ministro quis ser solidário, quando foi à televisão defender os seus pares.

O Primeiro-Ministro arrisca-se a ser cúmplice, se não voltar à televisão a explicar isto tudo.

■ H. C.

Carlos Carvalhas: As desigualdades sociais e as grandes decisões na Europa

(...)
«Uma sociedade fundada no poder do dinheiro é uma sociedade de exclusões, de egoísmo social, que cria esse mito de homem moderno, esse peão anónimo, muitas vezes vítima dessa *doença* social que é a indiferença.» (...)

«É por isso importante que um dos temas destas jornadas seja justamente o das desigualdades sociais.

A luta contra a exclusão social inscreve-se de facto numa das grandes prioridades da acção do nosso Partido e do nosso Grupo Parlamentar, no domínio da habitação, da saúde e do ensino, no acesso à justiça, no combate à pobreza e à grande pobreza, na integração dos idosos na nossa sociedade, pela qualidade e estabilidade de emprego, pela inserção dos deficientes nas nossas cidades, no tecido social e cultural e no mundo do trabalho. Para

nós, os valores da solidariedade e da fraternidade não estão mortos.»

(...)
«A próxima sessão parlamentar decorre ainda num contexto complexo da construção europeia e da integração europeia, da concretização da União Económica e Monetária e da União Política, num quadro de aceleradas transformações internacionais. Aproxima-se a hora das grandes decisões em matéria da União Económica e Monetária e da União Política.

Pela nossa parte, continuaremos a exigir que a AR intervenha, acompanhe e fiscalize os diversos processos que terão os maiores reflexos para Portugal e para os portugueses. Consideramos inadmissível que o Governo continue a sonegar à AR informação, a fugir ao controlo democrático, a governamentalizar as questões da integração.

Uma atenção particular nos deverão merecer as questões orçamentais comunitárias e a sua interligação com o Orçamento de Estado, a conferir desde logo a necessária coordenação com os deputados comunistas no Parlamento Europeu.

Não é sem preocupação que vemos a evolução do Orçamento para 1991, tanto no anteprojecto, como no projecto orçamental.

Por exemplo, as despesas com a Política Agrícola Comum - particularmente beneficiadoras de interesses dos países desenvolvidos do Norte da Comunidade - revelam um acréscimo considerável relativamente às de 1990, acréscimo superior, em termos relativos, ao acréscimo do próprio Orçamento» (...).

«Entretanto, os fundos estruturais, particularmente importantes para Portugal, terão um

acréscimo inferior ao da PAC» (...). «Num contexto destes, convirá sublinhar ainda que, em termos de autorizações, se prevê apenas um acréscimo do FSE da ordem dos 5,8%, bastante inferior ao aumento previsto para o conjunto das acções estruturais (20,5%), o que põe em perigo a implementação do *espaço social europeu*» (...).

«Segundo Jacques Delors, em 1990 a Grécia terá transferências líquidas provenientes da CEE que representam 5,1% do seu produto nacional bruto, a Irlanda - 5,9%, e Portugal - apenas 2,3%, o que, só por si, dá que pensar face aos êxitos negociais apregoados pelo Governo português.»

(Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, na sessão de abertura das jornadas parlamentares)

Carlos Brito: Para a última sessão com a força do trabalho feito

(...)
«A sessão legislativa que em breve se inicia oferece a singularidade de ser a última da presente legislatura. Para o Governo, para os partidos, para os deputados que prometeram na campanha eleitoral e não cumpriram, é a última oportunidade antes de se apresentarem de novo perante o juízo do sufrágio.

Em matéria de cumprimento das nossas propostas eleitorais, não temos razões para estar preocupados, ao contrário do que aconteceu com a generalidade dos outros partidos. Cotejando o Programa Eleitoral do PCP com o que fizemos ao longo das três sessões legislativas já vencidas, vê-se que não há área, sector importante ou mesmo ponto concreto onde não tenhamos apresentado projectos ou outras iniciativas e mobilizado esforços para tentar romper. Rompemos mesmo,

em alguns casos. Por vezes, não exactamente com as nossas propostas, mas com propostas que se formaram a partir das nossas. (Só alguns exemplos: a Carta dos Direitos dos Cidadãos Deficientes, a Lei que criou o Serviço Nacional de Sangue, a Lei do Direito de Petição)» (...)

«O balanço objectivo da actividade da AR nas três primeiras sessões legislativas mostra que o PCP lidera, em alguns casos folgadoamente, todos os mais importantes institutos regimentais: projectos de lei, ratificações, projectos de deliberação e projectos de resolução. São os números que refutam a má vontade dos detractores, apontando precisamente o Grupo Parlamentar do PCP como o de maior produtividade e iniciativa.» (...)

«A próxima sessão legislativa é para o PCP uma grande oportunidade para continuar a

intensificar a luta, no plano institucional, pela redução das desigualdades económicas, sociais, culturais e regionais que, subsistindo desde sempre na nossa sociedade, foram agravadas nos últimos anos pela política de direita dos sucessivos governos, incluindo os do PS, e com especial destaque para os de Cavaco Silva.»

(...)
«A consideração do funcionamento do Grupo Parlamentar e a sua melhor ligação com a organização e as frentes de trabalho do Partido é a questão decisiva para que as orientações discutidas tenham êxito na prática.

O nível da iniciativa e a qualidade da intervenção do Grupo Parlamentar do PCP tem que ver, naturalmente, com a capacidade de combinar a descentralização e a centralização no acompanhamento da complexa realidade parlamentar e ainda

com a capacidade de combinar a valorização do colectivo com o reconhecimento da importância do contributo individual. Vamos continuar a valorização destas características do nosso trabalho, mas o que é verdadeiramente decisivo é o funcionamento do Grupo como um colectivo que é capaz de reflectir, descobrir, inventar e optar em conjunto, segundo princípios e práticas profundamente democráticos. As jornadas parlamentares são a instância privilegiada deste modo de funcionar. Vão conduzir a resultados muito positivos para o Partido, para a Assembleia, para o nosso povo e para o País.»

(Extractos da intervenção de Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar e membro da Comissão Política do PCP, na sessão de abertura das jornadas parlamentares)

Trabalhadores

Recordado na festa dos 20 anos de luta Os trabalhadores podem viver melhor

As comemorações do 20.º aniversário da CGTP-IN tiveram o seu ponto alto no comício-festa da passada segunda-feira, em Lisboa, onde Carvalho da Silva recordou o «extenso e rico rol de realizações que constituem um valioso património dos trabalhadores portugueses» e defendeu que hoje «é possível conseguir, e conseguiremos, obter respostas positivas às nossas justas reivindicações».

«A experiência dos últimos 20 anos demonstra que os trabalhadores só conseguiram os seus objectivos reforçando a acção reivindicativa, alargando a unidade a partir dos locais de trabalho» - sublinhou o coordenador da Intersindical Nacional.

Idealizado pelo encenador Helder Costa, o comício-espectáculo decorreu no Pavilhão dos Desportos Carlos Lopes e teve por base um vídeo sobre a história do movimento sindical e das lutas dos trabalhadores em Portugal. O palco, num topo do pavilhão, tinha por fundo uma enorme bandeira da Central e

por elementos de cenário dois ecrãs gigantes, uma tribuna (como nos comícios), e microfones e cadeiras (como nos espectáculos).

Por ali passaram, perante um público cheio de entusiasmo, que não deixava passar um ponto sem dar o seu nó de animação, actuais dirigentes da

CGTP (Manuel Lopes e Carvalho da Silva), sindicalistas que participaram na fundação da Intersindical e que integravam a comissão de honra das comemorações (Júlio Ribeiro e António Mota) e Elizabete Romão, da Interjovem, que leu uma saudação à Inter («como eu, tens agora 20 anos»). Dali cantaram, quase sempre acompanhados por milhares de vozes da assistência, Manuel Freire (com o sonho de que eles não sabem, a emigração a que tantos de nós foram obrigados, o dia das surpresas que acaba por chegar), Sérgio Mestre e João Afonso (com a música e as palavras de Zeca Afonso), e o grupo coral da Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora (com as melodias alentejanas e seus versos pensados e a fazer pensar).



Comício-festa no Pavilhão Carlos Lopes, segunda-feira à noite. Na primeira fila, elementos da comissão de honra das comemorações. Na sala, um público activo e cheio de entusiasmo



O secretário-geral do PCP visitou na passada segunda-feira a exposição que se encontra aberta no Rossio, em Lisboa, assinalando os 20 anos da CGTP-IN. Álvaro Cunhal, acompanhado na visita por Carvalho da Silva e Ulisses Garrido, entre outros dirigentes sindicais, assinou o livro de honra da exposição e fez um breve improviso no espaço onde têm decorrido durante estes dias colóquios sobre temas actuais do movimento sindical

... continua!

Nos últimos quatro anos do regime fascista a CGTP deu «um contributo essencial para a concretização do sonho de liberdade que animava os portugueses e que, no plano social, muitos dirigentes sindicais souberam corporizar». Mais tarde, «num período de intervenção riquíssima, desenvolveu o trabalho para dar corpo aos ideais do 25 de Abril e para realizar profundas transformações na sociedade portuguesa». Depois, numa fase que vem até aos dias de hoje - quando a CGTP-IN tem 152 sindicatos filiados e há ainda cerca de 70 que, não sendo filiados, participam regularmente na sua actividade, representando a Central, no global, mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores organizados, depois de uma campanha nacional que teve como resultado a sindicalização de mais de 45 mil pessoas - tem defendido as conquistas e direi-

tos consagrados na Constituição e na lei.

Mas, ao falar do passado, «interessa-nos sobretudo que, no presente e no futuro, continuemos a honrar a confiança que os trabalhadores depositaram na CGTP-IN».

As negociações que decorrem no Conselho Permanente de Concertação Social «já levaram o Governo e o patronato a aceitar princípios que a CGTP sempre defendeu, entre eles a melhoria do salário real, a redução dos horários de trabalho, a reestruturação da Segurança Social, o maior crescimento do salário mínimo e das pensões de reforma, o desagravamento fiscal sobre os rendimentos do trabalho, o combate ao trabalho infantil, o reforço da higiene e segurança no trabalho, a formação profissional considerada como um direito do trabalhador e a promoção da negociação a todos os níveis, designadamente a nível das empresas».

Estas afirmações de princípio são importantes, «mas não devemos criar falsas expectativas». Há que fazer com que sejam postas em

prática, e «as contrapropostas do patronato e do Governo, quando passam ao plano prático, estão longe de ser satisfatórias. O Governo deseja obter da negociação a moderação salarial, ou seja, o crescimento dos salários reais sem ter em conta o valor real da inflação e os acréscimos de produtividade. O patronato pretende obter mais facilidades para a flexibilização das relações laborais.»

Mesmo tendo em conta que «a nível internacional e interno há factores de desestabilização e incerteza», «é possível manter para o nosso país um quadro de crescimento económico e cumprir as nossas principais reivindicações».

Carvalho da Silva terminava pouco depois a sua intervenção. E os milhares de pessoas presentes no Pavilhão Carlos Lopes, a encerrar o comício-festa, gritando bem alto «A luta continua!», deixaram bem marcada a sua determinação. Pelo seu passado, como pelo seu presente, a CGTP e os trabalhadores portugueses estão de parabéns.

CGTP - Uma luta coerente e empenhada

«Agradecendo o convite para visitar a vossa exposição, venho saudar e felicitar a CGTP-IN pelo 20.º aniversário da sua criação.

«E não apenas saudar e felicitar. Também transmitir o apoio certo e de sempre do Partido Comunista Português à grande central sindical dos trabalhadores portugueses.

«Uma leitura menos atenta do lema da vossa exposição — CGTP, 20 anos com os trabalhadores — pode deixar escapar um elemento do próprio lema que interessa pôr em relevo: que 20 anos de existência significam que a CGTP foi fundada 4 anos antes do 25 de Abril, portanto ainda no tempo da ditadura fascista, o que constitui uma afirmação de que a CGTP é uma criação da luta abnegada e corajosa dos trabalhadores portugueses; uma afirmação das suas raízes profundas e inquebrantáveis e do seu importante papel na conquista da liberdade com o 25 de Abril e na instauração, formação e institucionalização do regime democrático.

«Ao comemorarmos este 20.º aniversário, não podemos deixar de sublinhar que actualmente reconhecem o valor e o papel sem paralelo da CGTP como grande central sindical dos trabalhadores portugueses, mesmo muitos daqueles que, ao longo dos anos tentaram baldamente a discriminação, marginalização e destruição da CGTP.

«Saudando, felicitando, apoiando a CGTP, permiti que, estando aqui convosco, valorize quatro aspectos da sua natureza e do seu papel.

«O primeiro, o carácter unitário da CGTP, central sindical dos trabalhadores independentemente das convicções políticas, o que tornou possível que a CGTP seja só por si uma poderosa expressão e afirmação de unidade sindical e de unidade dos trabalhadores.

«O segundo, a luta coerente, empenhada e infatigável da CGTP pela unidade de todos os trabalhadores para além da grandiosa força organizada da própria CGTP, na base concreta da participação na luta com reivindicações e objectivos que respondam aos seus interesses, necessidades, aspirações e vontade.

«O terceiro, o carácter democrático da organização, funcionamento e relacionamento interno da CGTP, carácter essencial no seu projecto unitário e na sua intervenção unitária.

«E quarto, o insubstituível papel da CGTP na defesa dos direitos dos trabalhadores e das outras conquistas da revolução de Abril, na edificação do regime democrático e na sua defesa.

«Agradecendo uma vez mais o convite para visitar a vossa exposição, transmito-vos sinceros votos para que a CGTP-IN, força e voz dos trabalhadores, dos seus direitos, das suas reivindicações, da sua intervenção criativa na construção da sociedade, prossiga sempre pelo caminho que marca com luta, honra e glória os 20 anos da sua existência e actividade.»

Palavras de Álvaro Cunhal na visita à exposição comemorativa do 20.º aniversário da CGTP/IN

No Porto

No Porto, foi na passada sexta-feira que as comemorações dos 20 anos da Central tiveram o seu ponto alto, com uma sessão pública seguida de festa, no Cinema do Terço.

Na ocasião, João Pacheco Gonçalves, coordenador da Comissão Executiva da USP, leu a saudação da União dos Sindicatos do Porto lembrando o passado de luta e um presente e futuro que a exigem igualmente. «Ao contrário dos que predizem a diminuição da importância do movimento sindical», referiu a dada altura, «nós afirmamos que a firmeza dos nossos princípios e objectivos, e o reforço da nossa organização, são essenciais para o papel que nos cabe desempenhar na defesa dos trabalhadores». Como exemplo deste caminho que continua a ser seguido, o coordenador da USP revelou que, só este ano, no âmbito da campanha nacional de sindicalização,

foram sindicalizados mais de 10 mil trabalhadores e eleito meio milhar de novos delegados sindicais no distrito.

Depois de uma saudação da Interjovem lida por Cristina Teixeira, do Sindicato do Vestuário, interveio a encerrar a sessão Manuel Carvalho da Silva, coordenador nacional da CGTP-IN

Entretanto, prosseguem no distrito do Porto as comemorações nas empresas, como é caso das que decorreram já na Stotz, empresa de material eléctrico, e na Direcção da Hidráulica e Edifícios do Norte, da Função Pública.

Carvalho da Silva participou num encontro com a administração do Hospital de S. João do Porto, seguido de visita às instalações e almoço com os trabalhadores. No dia 5 de Outubro uma caravana automóvel percorrerá a cidade e principais concelhos, seguindo-se um convívio em Amarante.

Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

Um poderoso movimento de reivindicações e de luta

1. A Comissão Política procedeu à apreciação da situação social e, em particular, do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, analisou os propósitos do Governo PSD e do patronato de imporem um novo tecto salarial e um quadro de contenção das legítimas reivindicações dos trabalhadores, e considerou detalhadamente as perspectivas e possibilidades para o desenvolvimento da luta popular nos próximos meses.

As condições de vida dos trabalhadores portugueses não têm cessado de se agravar.

Apesar de os trabalhadores terem conseguido desde o início do ano, e em muitos casos resultado da sua luta, aumentos salariais acima do que o Governo e o patronato se mostravam dispostos a ceder, a verdade é que os salários reais têm continuado a descer, já que a inflação aumentou 13%, bastante mais que os 9,5% prometidos pelo Governo.

A inflação disparou para um nível muito superior ao que o Governo havia anunciado; os resultados do crescimento económico e dos ganhos de produtividade têm revertido inteiramente para os detentores do capital; a parte dos salários no rendimento nacional, não só continua a situar-se num nível extraordinariamente baixo, quando comparado com o de outros países da CEE, como tem vindo a cair continuamente ainda mais.

Existem condições económicas para alterar esta situação, é necessário e é urgente que ela seja alterada.

O PCP apoia as reivindicações concretas dos trabalhadores, que ganham corpo na luta dos mais diversos sectores pela contratação colectiva e pelas questões das carreiras que lhe estão associadas. Apoiar as reivindicações apresentadas pela CGTP-IN, designadamente pelos aumentos do salário mínimo, das pensões de reforma, do abono de família e em outras matérias de política social. Apoiar a luta pela semana das 40 horas, com garantia do descanso semanal de dois dias e sem as contrapartidas defendidas pelo patronato no que toca, nomeadamente, à «flexibilização» dos limites horários diários e semanais.

Saliente-se que em relação a estas matérias, o PCP já apresentou ou apresentará em breve na Assembleia da República propostas de lei e outras iniciativas, como foi salientado nas recentes Jornadas Parlamentares de Évora.

O PCP, ao mesmo tempo que apoia firmemente a defesa dos direitos dos trabalhadores, alerta em relação às tentativas do Governo PSD e do patronato no sentido de facilitar os processos de despedimento e de dificultar o recurso ao direito à greve.

A Comissão Política lança o seu alerta também em relação a manobras conduzidas pelo Governo PSD e pelo patronato, com o objectivo de espalhar o atentismo, conter e paralisar a acção de massas, acenando com «acordos», de natureza geral sem correspondência posterior no plano concreto da satisfação das reivindicações dos trabalhadores, visando dar ao PSD uma fachada dialogante, de partido da «estabilidade» e da «paz social» com fins eleitoralistas.

Os trabalhadores portugueses, apoiados na sua unidade e com a sua luta, estão em condições de obrigar o Governo do PSD e o patronato, nos próximos meses, a ceder às suas justas reivindicações.

Um poderoso movimento de reivindicações e de luta está em marcha.

São os trabalhadores da Administração Central e Local, cuja Plataforma Reivindicativa Comum envolve cerca de meio milhão de trabalhadores da Função Pública, da Administração Local e professores. São os trabalhadores dos Transportes Rodoviários, da RN, da Carris e dos STCP. São os Ferroviários. Os sectores Metalúrgico, do ramo Automóvel e da Metalomecânica Pesada. A EDP e os Fabricantes de Material Eléctrico. A maioria dos sectores da Hotelaria. São os trabalhadores das Madeiras, dos Têxteis, do Calçado, da Indústria Química. São os trabalhadores de empresas como a Portucel, a Tabaqueira, a Portugal e Colónias, a Anec, a Marconi, os CTT, a RTP e muitos outros.

2. Examinando o significado dos mais recentes desenvolvimentos de processos judiciais que, por alegados casos de corrupção, atingiram titulares e ex-titulares de altos cargos públicos, a Comissão Política do PCP pronuncia-se no sentido de um completo esclarecimento da verdade e de um rigoroso apuramento de responsabilidades.

A Comissão Política do PCP considera, porém, que, para além desse plano, a proliferação de casos e situações apresentados como de actuações lesivas da legalidade no exercício de funções públicas, abuso de poder e corrupção, não pode ser dissociada de um conjunto de orientações políticas e valores que têm dominado desde há vários anos a acção governativa em Portugal. Na verdade, era previsível que a política de restauração do poder e privilégios do grande capital (assente, designadamente, no saque de empresas e bens do Estado) e uma poderosa ofensiva ideológica endeusando a força do dinheiro e o prestígio social dos poderosos, a especulação, os enriquecimentos vertiginosos sem qualquer relação com a actividade produtiva, o egoísmo e a lei da selva nas relações sociais acabariam por fomentar e proteger fenómenos de corrupção, clientelismo e arrivismo, utilização indevida de funções públicas para favorecer negócios privados.

Nestes termos, a Comissão Política do PCP salienta que uma eficaz e duradoura moralização da vida pública e a salvaguarda da ética do serviço e das funções públicas exigem, para além das necessárias responsabilizações individuais, um firme combate às políticas e aos valores que impulsionam o fenómeno da corrupção e uma mudança profunda na política, nos objectivos e

nos critérios que de há muito inspiram a acção de sucessivos governos, com destaque para os governos do PSD.

3. A evolução do processo de privatizações e o anúncio por membros do Governo das privatizações programadas até ao final de 1991, suscita a mais enérgica contestação por parte do PCP. A proclamada intenção de privatizar todas as empresas públicas do sector financeiro, com destaque para o próximo início da privatização do Banco Português do Atlântico que ocupa uma posição estratégica no estratégico sector da banca comercial, e de empresas industriais com papel fundamental na malha produtiva, como a Petrolgal e a Cimpor, mostram claramente que o projecto de privatizações do Governo não integra qualquer preocupação de defesa dos interesses nacionais, e que Cavaco Silva se apresta para entregar ao capital transnacional empresas e sectores-chave da economia portuguesa e transferir para o estrangeiro o núcleo fundamental dos centros de decisão económica do País.

Neste contexto, o PCP não pode deixar de registar o completo silêncio do PS em relação à execução do projecto governamental de privatização de todo o sector público da economia (e, desde logo, no que respeita ao projecto de privatização do principal banco comercial, o BPA), apesar de em documentos programáticos recentes o PS se referir à «reestruturação do sector público produtivo» e a «fortes grupos económicos e financeiros públicos».

O PCP reitera a necessidade de se pôr travão a este projecto de empobrecimento nacional e de alienação de parte significativa da independência nacional, e nesse sentido apela à mobilização dos trabalhadores, das forças políticas e sociais progressistas, de todos os democratas.

Sem prejuízo de uma posterior e mais desenvolvida apreciação, a Comissão Política do PCP considera que as recentes decisões do Governo relativamente ao quadro legal de licenciamento e actividade de canais privados de televisão se inserem preocupantemente numa linha geral de utilização de bens e recursos do Estado por grupos económicos privados.

Assume particular gravidade o facto de o Governo do PSD pretender transferir as actuais infra-estruturas técnicas e património do sistema nacional de transporte e difusão de sinais televisivos, avaliados em mais de 10 milhões de contos, para uma empresa mista que, embora inicialmente com 51% de capitais públicos, comporta o risco de uma espiral de inaceitável influência, gestão e domínio do grande capital num sector de importância estratégica e profundamente vinculado ao interesse público e nacional.

4. A Comissão Política, na impossibilidade de se poder pronunciar, com conhecimento de causa, sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento de Estado (OE) para 1991 — o que só poderá fazer após o Governo dar cumprimento às suas obrigações constitucionais de consulta ao Conselho Nacional do Plano e de apresentação aos partidos políticos da oposição parlamentar — avaliou os dados divulgados pelo Conselho de Ministros, na passada quinta-feira, sobre as GOP, e as «fugas de informação» pontuais sobre o OE que o Governo, de forma programada, vai promovendo.

Importa desde já assinalar que a preocupação manifestada pelo Governo na divulgação de informações parcelares sobre as GOP e OE para 1991, em contraste com a manifesta ausência de vontade política para cumprir previamente os seus deveres constitucionais e legais, torna claro que o Governo encara aqueles dois documentos como meros instrumentos de propaganda demagógica e de intoxicação da opinião pública, e não como instrumentos centrais da política económico-social do País e da gestão financeira do Estado que exigiriam a maior seriedade na sua elaboração e apreciação.

As projecções macro-económicas para 1991 agora divulgadas confirmam aquela apreciação, indicando que o Governo não teve em devida conta as consequências possíveis para a economia decorrentes do forte movimento especulativo que se regista em torno dos produtos petrolíferos e das anunciadas (pelo FMI e Banco Mundial) desaceleração do comércio mundial e aceleração da inflação internacional. Mas, mais do que isso, mostram que o Governo se prepara para fazer recair sobre os trabalhadores os custos dos erros e da demagogia da sua política, intenção bem patente, por exemplo, na previsão de uma taxa de inflação subavaliada (visando fixar tectos salariais abaixo do exigível e possível) e no agravamento da tributação indirecta (pesando proporcionalmente mais sobre as famílias de menores recursos).

A Comissão Política do PCP condena a leviandade política com que o Governo encara as GOP e o OE para 1991 e a sua instrumentalização para fins de demagogia eleitoralista, e reitera a firme disposição do PCP de reforçar a sua luta, em todas as instâncias adequadas, por maior justiça e menores desigualdades sociais.

5. A visita de Cavaco Silva ao Japão e aos EUA confirma que o Governo do PSD não está em condições de representar com eficácia e defender com empenho os interesses de Portugal no mundo.

Oferecer mão-de-obra barata para exploração das multinacio-



Em Conferência de Imprensa, o camarada Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP, acompanhado de Aurélio Santos, da Comissão Executiva Nacional do Comité Central, informa os jornalistas dos resultados da reunião.

nais; apresentar-se como intermediário para a penetração de capitais japoneses e norte-americanos na CEE; exibir atestados de bom comportamento por serviços prestados à estratégia militarista dos EUA em relação ao Golfo; arvorar em êxito diplomático simples promessas de respeito por acordos que não têm sido cumpridos — intolerável caso dos EUA que não cumprem com as contrapartidas estipuladas no Acordo relativo à base das Lajes — nada tem de dignificante para o Estado português.

Trata-se de uma nova confirmação de que uma política de brio patriótico e de independência nacional não é assegurada com a continuação no poder do PSD, exige um governo democrático e patriótico com uma política pautada pelo interesse nacional e a causa da paz.

6. A Comissão Política congratula-se com a vitória da CDU, coligação eleitoral PCP/PEV, nas eleições na freguesia de S. Miguel de Rio Torto, Abrantes, passando de terceira para primeira força política, de 3 para 4 mandatos e de 573 para 865 votos e manifesta a sua confiança em que os novos efeitos saberão exercer o mandato de forma a cumprirem o programa eleitoral que apresentaram à população.

7. A Comissão Política passou em revista o conjunto da actividade partidária, tendo concluído que nas últimas semanas se verificou uma retoma da iniciativa e que se está a registar uma crescente dinâmica por parte das diversas áreas e organizações.

A Comissão Política considerou atentamente os problemas relativos ao calendário do Partido, tendo tomado medidas no sentido de estabelecer prioridades e coordenar todo o vasto e diversificado conjunto de iniciativas previsto para os próximos meses:

São de sublinhar:

— O conjunto das acções programadas no âmbito da candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República, cuja primeira declaração ao País está prevista para o próximo dia 9, a que se seguirá, até ao final do mês de Outubro, a apresentação da Comissão Nacional da Candidatura.

— A realização até ao final de Dezembro de um valioso conjunto de iniciativas do PCP a nível central (encontros, seminários, debates) em torno de problemas de grande importância e actualidade. Destaque, entre outros, para o Encontro sobre Independência Nacional (20/10), para o Seminário sobre questões do Ambiente (14/10), para o Debate sobre Desenvolvimento Regional (14/10), para o Seminário sobre a Mulher na Comunidade Local (13/10), para a Reunião de Quadros sobre Questões de Organização e para iniciativas sobre Agricultura Portuguesa e a 2.ª fase de Transição, a Ciência e Tecnologia, o Ensino Superior, os problemas da Emigração, e das Pescas.

— A realização, também até ao fim do ano, de um vasto plano de iniciativas a nível das organizações regionais, com destaque para mais de uma centena de Assembleias de Organização, entre as quais se incluem onze de âmbito regional (Lisboa, Setúbal, Santarém, Évora, Beja, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Vila Real e Algarve) e da Região Autónoma dos Açores.

De referir, também, a realização do Encontro Nacional da JCP prevista para 11 de Novembro próximo.

A Comissão Política apreciou o andamento da Campanha dos 150 Mil Contos e ao mesmo tempo que sublinha o importante facto de já terem sido atingidos 108 mil contos, aponta para a necessidade de um impulso final no sentido de as diversas organizações cumprirem os seus objectivos e terminarem a campanha antes do início do ciclo eleitoral em que vamos entrar.

A Comissão Política decidiu também convocar uma reunião plenária do Comité Central para o dia 11 de Outubro, tendo por objectivos a análise da situação política e da actividade do Partido e a preparação das eleições previstas para 1991.

8. A Comissão Política, reunida no dia em que a CGTP-IN comemora o seu 20.º aniversário, dirige à gloriosa Central Sindical, e por seu intermédio a todos os trabalhadores portugueses, a saudação fraternal e a palavra de confiança para a continuação da luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores, pela causa da sua emancipação social e política.

Lisboa, 1 de Outubro de 1990

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

PCP

Vila Flor e Mirandela: Juntas de Freguesia alertam Rio Tua à beira da morte

Nos últimos dias, por iniciativa de várias Juntas de Freguesia dos concelhos de Vila Flor e Mirandela, foi denunciada a situação preocupante de poluição em que se encontra o rio Tua, devido ao lançamento, sem tratamento, dos esgotos das duas unidades industriais situadas no Cachão: o CAICA e o Matadouro do IROMA. A falta de equipamento antipolvente nestas duas empresas industriais está a provocar um verdadeiro desastre ecológico, com a agravante de no CAICA existir desde há muito (por instalar!) equipamento que, se fosse utilizado, poderia minorar a grave situação.

A poluição do rio Tua é preocupante e exige medidas enérgicas no sentido de evitar a sua destruição, nomeadamente criando mecanismos que obriguem o CAICA e o IROMA a tratar os resíduos industriais antes de os lançar no rio.

A Comissão Concelhia de Mirandela do Partido Comunista Português saúda e manifesta o seu apoio à luta contra a poluição do Tua, desenvolvida por Juntas de Freguesia dos concelhos de Vila Flor e Mirandela, entre as quais a Junta de presidência CDU de Vilas Boas (Vila Flor).

Aquela Concelhia do Partido alerta a opinião pública

para a gravidade da situação e para a existência de inúmeras outras fontes poluidoras na bacia do Tua, que podem levar à destruição deste rio e de alguns dos seus afluentes, factos que algumas entidades pretendem ignorar ou mesmo esconder.

Entre outras, para além do CAICA e Matadouro do IROMA, são de referir:

- A inexistência de uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) na cidade de Mirandela, com o consequente lançamento dos esgotos directamente no rio. Esta seria a segunda maior fonte poluidora do rio a seguir ao Matadouro do IROMA e

maior que o CAICA, segundo dados existentes;

- A exploração desenfreada de areias a que se assiste nos últimos anos e algumas autorizadas recentemente na zona de Abreiro;

- O lançamento, sem qualquer tratamento, dos resíduos de lagares de azeite no rio e em ribeiras, como acontece na de Carvalhais, já praticamente morta por acção dos produtos poluentes. Entre estes estabelecimentos, um deles (pasmem-se!) é do Estado: a **Escola Agrícola de Carvalhais**;

- A instalação de novas indústrias sem a obrigatoriedade de instalarem equipamento antipolvente e algumas construídas ilegalmente.

A Comissão Concelhia de Mirandela do PCP espera que sejam tomadas as medidas que se impõem para resolução do problema (entre elas a construção de uma ETAR no Cachão e outra na cidade de Mirandela) e se encontrem as medidas urgentes para acabar com a actual situação de poluição do rio Tua e ribeira de Carvalhais.

Um comentário da Concelhia do PCP O conflito do Golfo a Base do Montijo e a opinião pública

O dever de garantir todo o apoio ao movimento de opinião pública contra a disponibilização da Base Aérea do Montijo a favor de forças militares estrangeiras em guerra, no caso do agravamento do conflito do Golfo, foi uma das conclusões da recente reunião da Comissão Concelhia do Montijo do PCP.

Recorde-se que aquele movimento foi precisamente lançado em conferência de imprensa promovida no Salão Nobre da Câmara Municipal do Montijo, três dias antes, tendo como base um abaixo-assinado onde se afirma: «**Os patriotas e democratas portugueses estão firmemente convencidos que a única via para a solução da crise do Golfo é política e diplomática, no quadro da Resolução do Conselho de Segurança da ONU (...)**». Repudiando igualmente a invasão e anexação do Kuwait pelo Iraque, o movimento não esquece «que a crise se insere na complexa problemática do Médio Oriente onde avultam a exploração de recursos petrolíferos, interesses contraditórios dos Estados árabes e a luta de libertação dos povos da região, cuja causa central está na luta do povo palestino pela constituição de um Estado independente, liberto da ocupação de Israel sustentado por forças poderosas».

A este propósito foi informado que a Assembleia de Freguesia do Montijo descentralizada (teve lugar no Bairro do Areias), aprovou uma moção de sentido idêntico, apresentada por eleitos da CDU.

Feira do Porco

Tendo ocorrido mais uma edição da **Feira do Porco** e justificando-se para mais tarde um balanço global, o sucesso agora registado remete para velhos tempos (mas foi apenas no ano passado) a ridícula afirmação do Primeiro-Ministro quando, em pleno Verão algarvio de 1989, previa e prevenia a catástrofe económica do distrito de Setúbal acaso os comunistas mantivessem ou aumentassem as suas maiorias e presidências de Câmara nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro, por falta de interesse e investimento dos empresários e empreendedores nacionais e estrangeiros...

Aspecto político de grande interesse foi o do PSD, ainda no contexto da Feira do Porco, torcer o nariz a dirigentes da CAP, agora a contestar o Governo com a mesma veemência com que já no ano passado o faziam milhares de agricultores e suinicultores então acusados de se deixarem manipular pelo PCP.

A frieza e fugacidade com que o actual governador civil se apresentou na inauguração de tão importante certame — em contradição do aparato de anos anteriores onde o Governo presenteava a Feira do Porco com um cortejo de ministros — é porventura o melhor paradigma deste novo episódio de contradições de inconfessados interesses no Governo e no partido do Governo.

Leiria

Encontro de eleitos e activistas no dia 27

No Centro de Trabalho da Marinha Grande, reuniram há dias em conjunto, a Direcção de Organização Regional de Leiria e a Coordenadora Distrital de Concelhos e Frentes de Trabalho do PCP, para fazer o balanço da Festa do «Avante!» e analisar a situação política e social e as tarefas decorrentes, nomeadamente neste distrito do litoral.

A DORLEI e a CDCFT sublinham o grande êxito que constituiu a Festa do «Avante!» e a participação desta Organização Regional, culminando a realização de milhares de horas de trabalho levadas a cabo por mais de uma centena de camaradas e amigos, e agradecem a todas as entidades, designadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, empresas, etc., a preciosa colaboração prestada, que muito contribuiu para o sucesso da Festa do «Avante!»/1990.

No distrito de Leiria — de acordo com aqueles órgãos do PCP — assumem particular gravidade os problemas dos agricultores, entre os quais avultam as baixas dos preços ao produtor da fruta, carne (bovino e suíno), do leite e do arroz, sem que tal tenha qualquer efeito positivo para os consumidores.

Carestia dos factores de produção, atraso de pagamento do leite pelas cooperativas aos agricultores, importações de fruta e de arroz, ausência de crédito bonificado e subsídios comunitários apenas para uma escassa mino-

ria, são bem o reflexo da submissão do Governo aos ditames do Mercado Comum.

Igualmente preocupantes são as notícias postas a circular sobre a privatização a 100% da Fábrica Escola Irmãos Stephens (FEIS) em moldes que representariam uma grave violação do seu património e do legado histórico feito ao povo da Marinha Grande.

Rescisões dos contratos colectivos na «Irmãos Kunz», precarização do emprego e atropelos aos direitos dos trabalhadores em inúmeros sectores e empresas, são situações que alastram no distrito de Leiria.

A DORLEI e a CDCFT do PCP manifestam completa discordância com as alterações anunciadas por Cavaco Silva à legislação autárquica e denunciam a política do Governo que atribui novos encargos às Câmaras Municipais e isenta entidades e empresas do pagamento de sisa e contribuição autárquica sem proceder às respectivas compensações financeiras, esbucalhando, deste modo, o Poder Local de milhares de contos.

No calendário do PCP para o distrito de Leiria, destacam-se as seguintes iniciativas: em **27/10/90** — Encontro de autarcas e activistas do PCP; em **10/11/90** — Encontro de quadros de empresas; em **09/12/90** — Assembleia da Organização Regional de Leiria. Vão entretanto realizar-se outras Assembleias Concelhias na **Marinha Grande** e em **Peniche**.

Nas grandes batalhas que se avizinham, para a criação de condições para a convergência e a alternativa democrática é preciso um PCP mais forte e mais coeso. Preocupante é a posição do PS sobre as anunciadas alterações à legislação autárquica indo em alguns aspectos ainda mais longe que o PSD ao propor o fim da eleição directa dos presidentes de câmaras. Demagógicas são igualmente as suas posições sobre a regionalização à boa maneira do «faz que anda mas não anda» — salientam a DORLEI e a CDCFT de Leiria, que afirmam ainda:

O PCP trabalha e esforça-se, não por meros objectivos temporais e eleitoralistas, mas para servir o povo e as populações, na certeza de que a convergência para a alternativa democrática só é possível com o PCP, com o seu esforço e não com teses hegemónicas e bipolarizadoras que alguns sustentam.

Açores, 27 e 28 deste mês

IV Congresso Regional do PCP

O IV Congresso Regional do PCP nos Açores vai realizar-se na cidade de Ponta Delgada, nos próximos dias 27 e 28 de Outubro (sábado e domingo). Conforme estabelecem os Estatutos do Partido, cabe ao Congresso Regional a definição das orientações que digam respeito a todos os problemas específicos da Região ou que resultem da existência de órgãos de Governo próprio dos Açores.

Cabe também ao Congresso Regional a análise e decisão sobre todas as questões de organização, funcionamento e direcção respeitantes ao PCP-Açores.

Cabe, finalmente, a essa reunião magna dos comunistas o poder de eleger a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP.

Como facilmente se conclui, são muito vastas e de grande importância as tarefas que competem ao Congresso Regional, que será constituído por **delegados eleitos** na proporção de um delegado por cada 20 militantes do Partido. Garante-se, por outro lado, a representação de todas as ilhas, mesmo daquelas que têm menos de 20 militantes inscritos no Partido.

As eleições dos delegados serão feitas através de Assembleias Plenárias, a realizar até 24 de Outubro, para as quais são convocados todos

os militantes da área respectiva.

Todos os camaradas têm o direito de eleger e de ser eleitos.

Cada assembleia plenária decide a forma de votar como lhe parecer mais adequado, podendo optar entre o voto de braço no ar e o voto secreto.

São também delegados ao Congresso os membros da DORAA que agora cessa funções.

Ao todo o Congresso reunirá uma centena de delegados, dos quais 80% serão directamente eleitos pelas assembleias plenárias.

Para que as decisões correspondam às necessidades políticas e à vontade do Partido devem ser antecedidas de um aprofundado debate preparatório.

Para que tal debate preparatório seja útil é necessário que todos os militantes dêem as suas opiniões, façam

as suas críticas e apresentem as suas propostas e pontos de vista.

Estão previstas reuniões para debate em todas as ilhas e todos os camaradas, para além de serem convocados, recebem um conjunto de textos com análises e propostas sobre problemas dos Açores, por forma a que possam sobre eles reflectir e propor todas as modificações que entenderem.

Temas para debate

Há, na Região, fortes sinais de mudança.

O descontentamento é grande, o PSD governa muito mal, os problemas dos trabalhadores, dos lavradores e da sociedade em geral agravam-se.

Há que construir alternativas, mas alternativas que interessem aos que vivem do seu trabalho.

Alguns procuram ignorar o PCP, no que respeita a essas alternativas. Mas o Partido trabalha, age, luta pela justiça social, pela igualdade, pela democracia num sentido pleno. É impossível ignorar o PCP na Região.

PCP

Sines: política errada «aperta malha»

Elevado número de embarcações para venda na rampa...

Reunida há dias, a Comissão Concelhia de Sines do PCP manifestou a sua preocupação pelas dificuldades crescentes que estão a ser impostas aos pescadores, nomeadamente através dos brutais impostos a que a carga fiscal obriga, atingindo nalguns casos os 700 e 800 contos.

Tal situação, acrescenta aquela Concelhia do Partido, é tanto mais grave quando esta classe vê apertar-se a malha dos regulamentos de pesca impostos pela CEE e o aumento escandaloso do gasóleo e do óleo. A par das fracas capturas de peixe e da obrigação do pagamento imediato a fornecedores, surgem as situações de estrangulamento financeiro, a quebra de produção e a redução dos consumidores.

Prova das dificuldades por que está a passar a classe piscatória de Sines, é o elevado

número de embarcações que estão para venda na rampa, comenta o PCP.

A política do Governo PSD/Cavaco Silva tem por objectivo colocar os pescadores com «a borda debaixo d'água» e o regresso à «sopa d'alho» mas a luta não o permitirá. Tal política prejudica o desenvolvimento do concelho e do País, referem os comunistas de Sines, preocupados também pela situação criada aos professores e monitores da Alfabetização (Coordenação Concelhia de Educação de Adultos): desde Fevereiro estiveram sem receber os respectivos subsídios, «o que mostra um claro desrespeito por esta actividade».

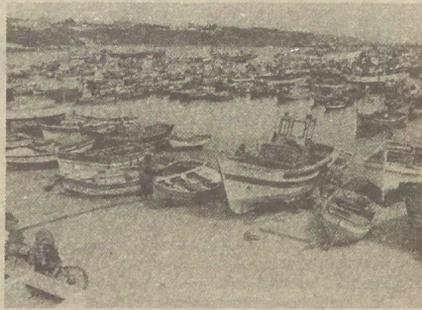
A Concelhia local do PCP manifesta a sua preocupação pela abertura do ano escolar, em condições anormais, como é exemplo a Escola C+S, onde, nos cursos diurnos, faltam

mais de 50% dos professores e nos cursos nocturnos a situação é ainda mais grave (situação registada antes dos «miniconcursos»).

A juntar a este facto — que desmente a propaganda do Governo — este ano lectivo fica assinalado por um corte de 20% nos orçamentos das escolas o que vem prejudicar

a sua gestão e o funcionamento, com prejuízos para professores e alunos, ensino e a educação em geral.

A Comissão Concelhia de Sines afirma-se totalmente empenhada nas tarefas de reforço da Organização e decidiu marcar para o próximo dia 18 de Novembro a sua quinta Assembleia.



PCP DOS SECUNDARIO

Intensa actividade em perspectiva

«A frase "Ano Novo Vida Nova" certamente não foi lema para o Ministério da Educação. Na verdade, este ano lectivo não traz qualquer novidade àquela que tem sido a sua política educativa, apenas vem agravá-la» — sublinha a organização do Ensino Secundário da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Aquela organização da JCP, que, entretanto, se encontrou com representantes da Comunicação Social (próximo «Avante!») para divulgar as suas posições sobre a política educativa e as linhas de acção para este novo ano, recorda algumas das promessas frequentemente anunciadas pelo ME de Roberto Carneiro e algumas das realidades que se continuam a viver no sector do ensino:

- Prometeram aos estudantes um aumento de vagas no Ensino Superior que não passa de uma grande ilusão;

- Apresentaram um Projecto de decreto-lei sobre Gestão e Direcção das escolas que reduz em muito a participação dos estudantes;

- O ano lectivo, embora o Governo nos tente convencer do contrário, não começou em normalidade.

E assim se iniciou mais um ano que prevê uma larga actividade na JCP e que, nomeadamente no ensino secundário, se irá iniciar um grande conjunto de acções e iniciativas integradas numa campanha de afirmação da JCP.

Jovens deputados em Leiria

Os jovens deputados do Grupo Parlamentar do PCP, António Filipe e Paula Coelho, membros da Direcção da JCP, visitam o distrito de Leiria, no próximo dia 11 de Outubro. Na visita serão acompanhados pelos dirigentes distritais da JCP. A iniciativa tem três objectivos essenciais:

- Discutir os principais problemas da juventude e as propostas dos comunistas para a sua resolução;

- Dar a conhecer a actividade dos jovens deputados comunistas na Assembleia da República.

- Do programa, destacamos encontros com associações juvenis, Inter Jovem/CGTP-IN, contactos com jovens da Formação Profissional (Pescas, Cerâmica), visitas a fábricas de conservas e vidreiras, entre outras acções.

Barão de S. Cosme (Porto)

Um 5.º aniversário em festa

No passado sábado, a organização local do Porto festejou o quinto aniversário no seu Centro de Trabalho.

Ao fim da tarde, foi descerrada uma placa que atribui o nome de **Guilherme da Costa Carvalho** ao Centro de Trabalho até agora conhecido pelo nome da rua em que se situa, Barão de S. Cosme.

Na altura, o camarada Macedo Varela, do Comité Central do Porto e da DORP, lembrou alguns aspectos da sua vida dedicada à luta antifascista.

Seguiu-se um jantar volante e um animado convívio com noite de fado.

No decorrer da iniciativa tomaram a palavra Manuel Machado, do CLP, e Emídio Ribeiro, da Comissão Executiva Nacional do CC, que ao fazer o ponto da situação política se referiu às batalhas que se aproximam, em particular as eleições presidenciais.

Esta Comissão Nacional da JCP vai promover uma acção de âmbito nacional (abaixo-assinado) em torno do projecto de lei apresentada pela JCP, através dos seus delegados no Grupo Parlamentar do PCP, que reformula o subsídio de inserção na vida activa, alarga o âmbito pessoal de atribuição do subsídio e as condições para a sua concessão.

Nesta reunião foram também analisadas as eleições presidenciais de Janeiro de 91. Assim, a CN congratula-se com os objectivos da candidatura do camarada **Carlos Carvalhas**.

Por último, foi aprovada uma saudação à CGTP-IN pela passagem do seu 20.º aniversário, sob o lema «20 Anos com os Trabalhadores».

Caravela e Casquinha

Onze anos depois o exemplo permanece na memória colectiva

Caravela e Casquinha continuam na memória do povo alentejano. Onze anos depois do crime, a freguesia do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo, conheceu a movimentação de milhares de pessoas, para um comício do PCP, em que falou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Central. Desta intervenção — um apontamento de actualidade sobre a situação política e social do País e as posições do PCP — publicamos aqui algumas passagens mais significativas. Presentes na tribuna do comício elementos da Comissão de Freguesia e da Comissão Concelhia do PCP e familiares dos camaradas Caravela e Casquinha. Depois do comício, em que também interveio Fernando Pires, da Concelhia de Montemor-o-Novo, realizou-se a romagem ao cemitério do Escoural, onde repousam os dois trabalhadores que há 11 anos tombaram em defesa da Reforma Agrária. O seu exemplo não é esquecido.



Intervenção de Octávio Pato

A situação social e política do País e as posições do PCP

(...)

Caravela e Casquinha foram assassinados quando defendiam a Reforma Agrária, essa bela e imorredoura conquista dos trabalhadores e dos povos do Sul do País. Uma conquista que era uma aspiração de gerações e gerações de todos os que ao longo dos tempos lutaram sob o lema: a terra a quem a trabalha.

Essa profunda aspiração só foi possível porque houve a revolução do 25 de Abril. A Reforma Agrária alterou profundamente o clima social dos campos e das populações do Alentejo e de parte dos distritos de Santarém e Setúbal.

Milhares de trabalhadores passaram a ter trabalho assegurado e as suas condições de vida melhoraram substancialmente.

Mas para os latifundiários e os parasitas que sugaram o sangue dos que trabalhavam 2, 3 ou 4 meses de cada ano, enquanto passavam os restantes meses no desemprego, com fome e na miséria, na apanha da bolota como único alimento ou às portas das Câmaras a reclamar «Pão e Trabalho», para esses latifundiários parasitas, a Reforma Agrária foi uma calamidade.

Para esses a Reforma Agrária foi uma calamidade porque perderam o privilégio de sugar grandes lucros à custa do suor e da miséria de populações inteiras.

A ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária perdura há mais de uma dezena de anos.

Successivas leis foram aprovadas por governos de direita, do PSD, CDS e também PS, todos eles visando retalhar, desmembrar e destruir a Reforma Agrária.

Os resultados desta política profundamente nefasta e contrária aos interesses nacionais estão bem à vista. Como se verifica pelos inquéritos realizados para a 12.ª Conferência da Reforma Agrária, mais de 60% da área das grandes explorações latifundiárias reconstituídas estão de novo submetidos ao regime de absentismo. É também por isto que o Alentejo é hoje a região do País com maior nível de desemprego: 13,5% contra 5,8% no Continente (dados do INE).

O concelho de Montemor, região que abrange o Escoural, confirma bem esta brutal realidade. Em 1975, nos 81 000 ha das 25 UCP's então existentes neste concelho, trabalhavam 4070 trabalhadores. Actualmente, a área na posse das UCP's do concelho não passa de 15 300 ha e o número de trabalhadores está reduzido a 1100, isto é, 3 vezes menos.

Entretanto, herdades espoliadas à Reforma Agrária são terras que estão abandonadas, como é o caso das Herdades Nogueirinha, Sala e Serra Brava, com 476 ha; tal é o caso das Herdades Monfurdado, Terra das Freiras e Serra com 697 ha, ou das herdades Esfolia-Caros com 254 ha.

Outras terras, igualmente espoliadas à Reforma Agrária, estão subaproveitadas, como sucede com as herdades de Pereiros, Sacavena, Padrão, Lagar, Casto e outras onde, em 1700 ha de terra, trabalham apenas 8 pessoas!

A ofensiva contra a Reforma Agrária e a política do Governo não abriram quaisquer perspectivas de desenvolvimento do Alentejo e da agricultura. Bem pelo contrário.

O desemprego e a desertificação das zonas rurais não param de crescer, forçando milhares de alentejanos, muito especialmente jovens, a emigrar para outras regiões, quando não para o estrangeiro.

Mas os efeitos da ofensiva contra a Reforma Agrária e da

nefasta política do Governo Cavaco Silva no plano da agricultura e das consequências da adesão à CEE, estendem-se a todo o País, abrangem múltiplos aspectos e não atingem somente os trabalhadores das UCP's mas também pequenos e médios agricultores, comerciantes e outras camadas sociais e designadamente jovens e mulheres.

O Governo do PSD ao mesmo tempo que acelera a fúria destruidora do que existe da Reforma Agrária, promove a liquidação de milhares de pequenas explorações agrícolas e a ruína de milhares de pequenos empresários agrícolas.

Fomenta a plantação de eucaliptos em grandes áreas e a criação de coutadas e mais coutadas, deixando, assim, milhares de hectares de terras cultiváveis abandonadas sem nada produzir.

Com tudo isto estão-se a importar muitos e muitos milhões de contos de produtos agrícolas que se poderiam produzir no País.

Importação que se agravou brutalmente com a integração de Portugal na CEE e com a recente medida do Governo de liberalizar a importação de variados produtos de agricultura e pecuária. Contra tal liberalização protestaram milhares de agricultores e até dirigentes da CAP que sempre apoiaram o PSD e agora, envergonhadamente, fazem declarações semelhantes às que o PCP sempre fez sobre as consequências da integração na CEE para a agricultura portuguesa.

Quando se vai aos grandes supermercados boa parte dos produtos que compramos não são produzidos no País. Tanto nos laticínios, como na carne, nas batatas e cebolas, na fruta e até no pão, comemos o que se importou de Espanha, de França, de Israel, da África do Sul e até da América Central. Até grande parte dos brinquedos das crianças são importados.

É contra esta política ruinosa, ao serviço dos grandes capitalistas e latifundiários que o povo do Alentejo tem erguido a sua voz nas mais diversas formas de luta, defendendo o palmo a palmo as suas conquistas e em que se destaca a luta heróica e abnegada em defesa da Reforma Agrária.

A comprovação de que a Reforma Agrária corresponde aos mais profundos interesses e anseios do povo alentejano é que essa grande conquista, apesar de muito mutilada pelos mais de 15 anos de feroz e criminoso ofensiva, bem expressa aqui no Escoural, no bárbaro assassinio de Casquinha e Caravela, continua a perdurar.

E perdura não só na nossa consciência mas também na existência de algumas dezenas de cooperativas que continuam a resistir à fúria do Governo do PSD Cavaco Silva.

Os actuais governantes e muitos outros inimigos da Reforma Agrária dizem-se democratas. Se eles fossem efectivos democratas, respeitariam a vontade do povo, manifestada em grandiosas lutas, greves e manifestações e em sucessivas eleições para a AR, como para as Autarquias ou para o Parlamento Europeu, nas quais o povo alentejano já disse claramente o que queria, ao votar sempre e eleger maioritariamente como seus representantes os comunistas e os democratas seus aliados, que sempre fizeram da defesa da Reforma Agrária uma bandeira de luta. Isto foi assim e assim continuará a ser, pois o povo trabalhador sabe que teve e sempre terá no PCP o seu melhor e mais incansável defensor.

(...)

Vila Real Debates com o PCP

A Direcção Regional de Vila Real do PCP (DORVIR) vai realizar a partir dos finais deste mês de Outubro um conjunto de seis debates com o PCP, subordinados ao tema geral **Anos 90 - Que futuro? Que desenvolvimento?**

Localizados em seis concelhos diferentes, consistirão em sessões públicas e abertas sobre temas locais, desde questões agrícolas (quotas leiteiras, problemática do vinho e outras) até questões de urbanismo e desenvolvimento concelhio ou regional, assim como grandes temas como o Douro, zona do Alto Tâmega e Região Transmontana.

No dia 11 de Novembro terá lugar uma festa de confraternização distrital e em 8 de Dezembro reunirá a Assembleia da Organização Regional, que terá como objectivos fundamentais a eleição da respectiva Direcção e a definição de linhas de acção política do PCP para o distrito em 91.

Camarada Falecido

António Neto Paiva

Faleceu no passado mês de Setembro o nosso camarada **António Neto Paiva**, natural de Mantigas e residente desde há muito em Vila Nova de Coelhã, no concelho de Seia, onde exercia a profissão de operário da indústria de lanifícios. Contava 92 anos de idade. Desde há muitos anos que se encontrava ligado ao Partido, tendo sofrido a perseguição da Pide e a prisão aquando das lutas de 1946 em toda a corda da serra da Estrela, no sector dos lanifícios. Camarada muito dedicado ao Partido, o que demonstrou de diversas formas, desenvolveu uma intensa actividade política na freguesia onde reside.

Aos familiares e amigos do camarada Neto Paiva, cuja personalidade lhe fez valer a estima e a consideração dos que com ele conviveram, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ÂNGELO VELOSO

O Secretariado do Comité Central do PCP agradece, reconhecido, a todas as pessoas e entidades que, com a sua presença ou por outras formas, manifestaram o seu pesar e as suas condolências por ocasião do falecimento do nosso camarada **Ângelo Veloso**.

Trabalhadores

Greves na Função Pública

Organizações sindicais representativas dos trabalhadores da Função Pública, designadamente o Sindicato do Sul e Açores (STFP SA) e a Federação, FNSP, anunciaram para esta semana a realização de greves em três sectores: técnicos auxiliares sanitários, Ponte 25 de Abril e técnicos da Direcção-Geral de Aviação Civil. Em 28 de Setembro findo, segundo a primeira daquelas organizações sindicais, o Governo, «sem aviso nem mandato», ordenava o encerramento do Matadouro de Almada, mandando para o desemprego ou para a situação de excedentes mais de trinta trabalhadores.

O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores acusa o Governo, através da comissão de reestruturação do IROMA, de fazer «lock-out» no Matadouro.

Dez dias para optar

«Vinte e quatro trabalhadores — afirma o STFP SA — serão colocados à disposição

do IROMA (Instituto do Governo para a regulamentação do sector) e os restantes trinta e um têm duas soluções: ou passam à situação de excedentes ou aceitam o despedimento da Função Pública com dois anos de indemnização».

Terão dez dias para optar. Segundo o STFP SA, esse prazo foi transmitido aos trabalhadores numa carta onde **não são explicados «os cri-**

térios que levaram à escolha entre eles» e principalmente sem serem apresentadas «quaisquer razões que justifiquem a perda do seu posto de trabalho».

Razão teriam os trabalhadores — acrescenta o Sindicato — quando chamam aos «reestruturadores» do IROMA membros de uma «comissão liquidatária».

Ao abrigo do novo direito constitucional, o STFP SA apresentará à Assembleia da República uma **petição** contra o que considera uma «arbitrariedade», e pediu para se avistar urgentemente com o órgão de gestão do IROMA.

Em greve o Registo

Além dos três sectores, com greve anunciada para 3

e 4 do corrente, parará também, segundo aquele Sindicato, o Registo Nacional das Pessoas Colectivas (RNPC) que, criado há 7 anos, no âmbito da Direcção-Geral dos Registos e Notariados, continua sem quadro de pessoal definido: situação precária, mais ou menos instável, conforme os casos. Sem carreira profissional, os trabalhadores enviaram ao Ministério da Justiça um conjunto de 10 propostas para a abertura de negociações. O Ministério não responderá até 28 de Setembro findo, data da marcação da greve decidida em assembleia geral no RNPC.

As greves nos três sectores restantes são motivadas por conflitos já conhecidos: falta de enquadramento salarial de acordo com o novo sistema retributivo (NSR) e dignificação de funções.

Contratação no comércio

Plenário

Mais de cem mil trabalhadores, segundo a Fepces (comércio, escritórios e serviços), estarão envolvidos até ao fim do ano «em processos reivindicativos relacionados com a revisão de mais de uma centena de contratos colectivos de trabalho».

Aquela Federação sindical destaca, entre subsectores e empresas, os editores e livreiros, as garagens e os postos de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos, os grossistas de materiais de construção, vigilância e limpeza, analistas clínicos, petrolíferas privadas, retalhistas distritais de Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Leiria, Aveiro, Santarém; Jardim Zoológico, Gist-Brocades, Securitas, Ronda, EDP, Enatur, Silopor, EPAC, RDP, AGA, Tabaqueira, Ucal e Secil.

Num plenário representativo de «mais de 500 mil trabalhadores», informa por outro lado a Fepces, os sindicatos definiram e aprovaram os seguintes conteúdos e acções reivindicativas no sector:

- Intervenção na contratação colectiva, defendendo uma subida geral dos salários reais;
- A redução das longas jornadas de trabalho para o máximo de 37,5 horas por semana nos escritórios e 40 no comércio;
- Redução efectiva do emprego precário;
- Intensificação do diálogo social: audiências com a Confederação do Comércio Português, o ministro do Comércio, o ministro do Emprego e Segurança Social e o director-geral do Trabalho.

Pela música em Portugal

«Como falar de descentralização, quando o próprio centro se esvaziou?» — pergunta o sindicato numa carta aberta aos responsáveis governamentais

O Sindicato dos Músicos, com sede em Lisboa, acaba de entregar ao Presidente da República, ao Governo e à Assembleia da República um caderno reivindicativo que abrange as áreas de política musical, música e ensino, actividade musical e património desta esfera das artes em Portugal.

O Dia Mundial da Música, comemorado em 1 do corrente numa situação muito desfavorável aos músicos portugueses, foi motivo de diversas iniciativas, incluindo um espectáculo no Teatro S. Luiz, em que participou a orquestra do TNSC (São Carlos), que continua a lutar para se manter em funcionamento.

O Sindicato, que faz várias perguntas ao Governo sobre a situação da música e dos músicos no nosso país, disse aos órgãos da comunicação social que o concerto no Teatro Municipal de S. Luiz foi da iniciativa dos músicos do TNSC e que contou com a participação solidária do maestro Silva Pereira, que dirigiu o espectáculo, no qual colaboraram ainda os maestros Armando Vidal e João Paulo Santos, bem como coralistas, cantores solistas e técnicos do mesmo Teatro (TNSC).

A necessidade de produzir

As comemorações do Dia Mundial da Música foram da iniciativa oficial da Secretaria de Estado da Cultura.

Mas o Sindicato dos Músicos, numa **carta aberta** ao Governo, datada de 26 de Setembro findo, «sente-se na obrigação de questionar» esse mesmo Governo sobre se existe alguma política definida em relação à música; qual é essa política; e se a mesma se resume à «política da Lei do Mecenato». Por exemplo: as duas orquestras

da RDP (radiodifusão) foram extintas e os seus músicos «ficam a ganhar salários — afirma o Sindicato — embora baixos, mas sem possibilidade de produzir».

Adianta a mesma organização sindical que efectivamente «toda a actividade musical dependente do Governo ou parou ou está em fase adiantada de desaceleração, enquanto se assiste a um ostensivo desbaratamento dos recursos humanos existentes».

Por isso o Sindicato, numa altura em que se apresenta a perspectiva de Lisboa ser em 92 a capital cultural da CEE, sublinha que as entidades representativas dos músicos e do meio musical português devem ser ouvidas.

Como o Governo, apesar das tentativas do Sindicato, nada fez por ora nesse sentido, designadamente através do secretário de Estado da Cultura (os pedidos de audiência não foram atendidos), o mesmo Sindicato comenta na referida **carta aberta**:

«O Teatro Nacional de São Carlos não consegue assegurar uma programação, nem sequer a curto prazo. Os seus corpos artísticos estão inactivos; a sua máquina técnica e burocrática, se trabalha, é para quê, quando não existem espectáculos?»

«Os problemas com o ensino da música estão longe de qualquer evolução positiva e, nesta situação, os professores pouco podem produzir de verdadeiramente útil.

«A Régie Sinfonia (Orquestra do Porto), que tanto dinhei-

ro custou já ao País, tem, por ironia do destino, graves problemas financeiros! Será que também aqui vamos assistir ao desbaratar do investimento já feito, por incapacidade de encontrar um programa de acção realista e coerente?»

«Estes são apenas alguns tristes exemplos. Mas afinal para quê apontar mais carências, quando «tudo» são carências na nossa vida musical?»

«O que há afinal de positivo?»

«Para quê falar no ensino da música, sem orquestras a funcionar? Se não se vislumbra qualquer intenção de alargar (ou sequer manter) o mercado de trabalho?»

«Como falar de descentralização, quando o próprio centro se esvaziou?»

À espera de respostas

A direcção do Sindicato dos Músicos, que termina a sua **carta aberta** ao Governo afirmando que fica à espera de respostas, conclui:

«É necessário que o Governo nos diga (e aos contribuintes deste País) o que está a fazer, porque quase nada se vê, ou o que tenciona fazer no campo da difusão musical.

«Podemos admitir que terá grandes planos na perspectiva de Lisboa vir a ser em 1992 a Capital Cultural da CEE.

«Nesse caso, uma consulta às entidades representativas dos músicos não seria certamente inútil.

«Até agora, todas as nossas tentativas de comunicação com o Governo foram infrutíferas. Todos os nossos pedidos de audiência ao se-

cretário de Estado da Cultura foram ignorados. Apesar disso, continuamos abertos ao diálogo», afirma por fim o Sindicato dos Músicos que, no seu caderno reivindicativo propõe, nomeadamente:

Quanto à **política musical**: «a optimização dos recursos humanos existentes e a definição de uma verba realista no Orçamento Geral do Estado»; **música e ensino**: «a actualização da pedagogia musical e a valorização dos Conservatórios e Escolas existentes»; **actividade musical**: «rentabilização das orquestras e a definição dos postos de trabalho no sector da música ligeira; protecção ao produto e aos artistas nacionais»; **património musical**: «preservação de todo o património, desde o popular tradicional até ao actual, e a sua divulgação».

Apelo dos estudantes

Os estudantes da Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa faziam circular, entretanto, um abaixo-assinado onde pedem, designadamente, que o Governo ouça a sua opinião.

É manifestado o desagrado dos estudantes por se falar na «reestruturação do ensino da música», como nos «velhos tempos», isto é, sem ouvir a opinião dos primeiros interessados: os próprios estudantes.

Por outro lado e no seu entender, a opinião pública também deve ser esclarecida sobre essa reestruturação, devido a «boatos e depoimentos contraditórios» que, segundo o texto introdutório do abaixo-assinado, «têm surgido na comunicação social».

Euforia injustificada. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) considerava, em 29 de Setembro findo, inteiramente injustificada a «atitude de euforia» do Ministério da Educação quanto à abertura do ano lectivo. As carências são as mesmas de anos anteriores: «escolas superlotadas, com falta de equipamento e instalações gimno-desportivas, com edifícios degradados, falta de pessoal e verbas insuficientes». O secretário-geral da Fenprof convocava entretanto para 3 e 4 do corrente uma reunião do secretariado nacional, em Lisboa, na sede daquela organização sindical.

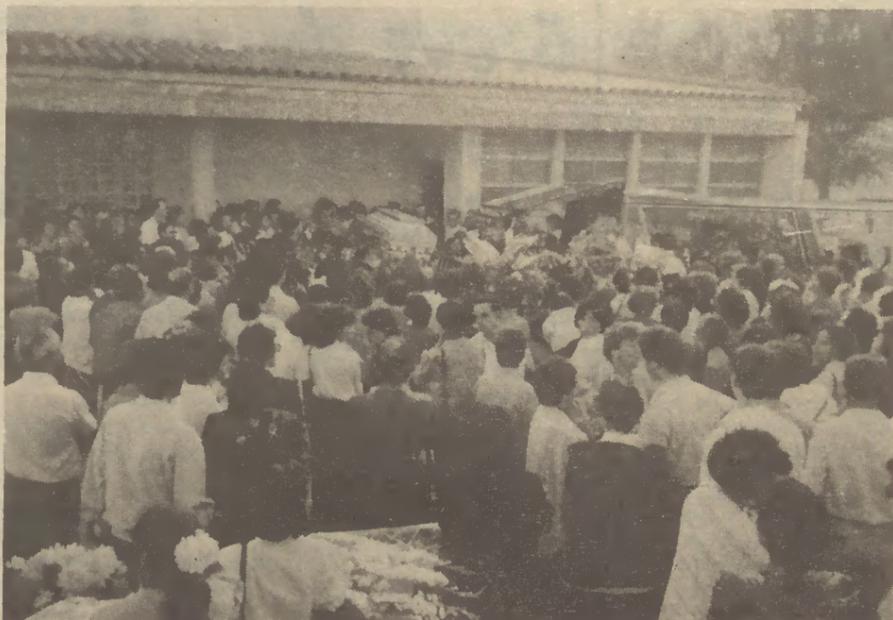
Dia Mundial do Mar. A Federação dos Sindicatos do Mar emitiu um comunicado acusando o Governo de não ter feito caso do Dia Mundial do Mar, uma iniciativa das Nações Unidas inserida numa semana (24 a 28 de Setembro) dedicada ao tema: «Oceanos mais limpos: O papel da IMO nos anos 90». A IMO é uma agência especializada da ONU para assuntos das pescas e da marinha mercante.

Reestruturação têxtil. O comité têxtil do PCP do distrito de Braga, ao analisar a situação social no sector, afirma nomeadamente que «os trabalhadores são as principais vítimas» da reestruturação que tem em vista o processo de integração plena de Portugal na CEE. Essa situação incide especialmente em Guimarães, Fafe, Famalicao, Braga e Barcelos — «grandes pólos da indústria no distrito, onde se verifica a continuação de métodos e processos por parte das entidades governamentais já sobejamente conhecidos e denunciados, mas que nem por isso deixam de ser praticados», como sejam: o encerramento de empresas por má gestão e (ou) por conveniência; mão-de-obra barata que conduz à saída dos melhores trabalhadores do sector para outros mais bem pagos; continuação do aumento do trabalho precário e tentativas de despedimento em várias empresas; «mútuo acordo» com compensações que nunca compensam a perda do posto de trabalho; substituição de trabalhadores efectivos por contratados a prazo. O sector perdeu nos últimos dez anos mais de sete mil postos de trabalho.

Greve suspensa no calçado. A greve marcada neste sector para 27 de Setembro foi suspensa. As administrações de 55 empresas, incluindo as maiores (exportadoras) aceitaram negociar. Logo que a greve foi anunciada, um vasto leque de empresas, segundo a Federação sindical, mostrou a disposição de fazer reajustamentos na tabela salarial. A adesão à greve foi extremamente reduzida, mas a mesma Federação (têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles) diz que o seu objectivo foi «parcialmente atingido». A maioria das empresas não paralisou, porque as administrações prometeram negociar.

Lobby das mulheres. A CGTP congratulou-se (1.10) por Ana Vale, representante do conselho consultivo da Comissão da Condição Feminina (organizações não governamentais de mulheres), ter sido eleita presidente do «novo Lobby Europeu das Mulheres, recentemente criado em Bruxelas». Segundo o departamento de informação (DIF) da CGTP, o lobby é «uma organização autónoma que reúne mulheres de Norte a Sul da Europa, dos mais diversos quadrantes e opiniões políticas, filosóficas, e de todas as origens sociais». A Comissão Nacional de Mulheres, organização que é parte integrante da Central, também se congratulou com a eleição de Ana Vale.

Nacional



Linha de Sintra Funeral de mais uma vítima manifestou a indignação popular

O funeral da pequena Alexina Cátia de Almeida, na passada segunda-feira, em Sintra, foi uma comovente manifestação de muitas centenas dos seus jovens colegas e dos professores, a que se juntaram numerosos pais. Manifestação de dor, mas também de indignação e de vontade de lutar para que não ocorram mais mortes na fatídica linha, onde a Alexina, de 13 anos, perdeu a vida na última sexta-feira de Setembro, ao ser apanhada por um comboio, no apeadeiro da Portela de Sintra.

A Escola C+S do Lourel, onde a pequena Alexina frequentava o 8.º ano, encerrou por deliberação da sua Comissão Directiva, a fim de que as crianças e os professores pudessem tomar parte no funeral. A Escola D. Fernando II também encerrou. E muitos alunos das escolas da zona juntaram-se à homenagem que reuniu cerca de um milhar de crianças. Estavam presentes muitos professores, que

manifestavam a sua indignação pela incúria a que tem sido votada a segurança da linha, podendo quase afirmar-se que, ao longo desta via férrea não há professor que não tenha tido aluno seu acidentado.

Os comentários que se podiam ouvir à margem da cerimónia, revelavam a consciência de que a situação é intolerável e de que é urgentíssimo tomar medidas no sentido de acabar de vez com acidentes como estes. Os moradores, ao longo de toda a linha, conhecem abundantes exemplos de acidentes fatais, embora a administração da CP e os responsáveis governamentais não mostrem vontade de lhes pôr cobro, nem sequer de revelar um balanço das mortes ocorridas por falta de segurança.

Recordava-se ainda que, sendo esta uma das linhas mais rentáveis, é uma em que se vê menos investimentos, quer para melhorar o seu fun-

cionamento, quer para proceder a construções que protejam o público da passagem dos comboios. Segundo foi afirmado, cerca de 6 mil crianças das escolas da zona passam pelo apeadeiro da Portela de Sintra, por as construções das mesmas não terem previsto acessos devidos. Assim, não era apenas a CP, nem apenas o Ministério dos Transportes a serem criticados.

No funeral estiveram representadas várias organizações cívicas e autarquias. Membros da Assembleia Municipal, representantes das Juntas de Freguesia do Cacém, do Algueirão e de Queluz, membros da Comissão de Utentes, a Associação de Pais do Concelho de Sintra.

Para além da dor e do luto, o funeral de mais uma vítima da incúria dos responsáveis, constituiu uma demonstração de que a população da zona não deixará de continuar a luta para que tal não volte mais a repetir-se.



PCP

110 MIL CONTOS

150
mil Contos
para o Terreno
da festa
Avante! com a Campanha

Cumprir as metas antes do fim do ano

Estamos já a atingir a fase final desta campanha dos 150 mil contos, faltando apenas um ligeiro esforço de todos nós para que os objectivos desta campanha sejam cumpridos. Com 110 mil contos registados esta semana, temos aqui de louvar o esforço de muitos camaradas que tornaram este valor possível nesta fase da campanha, mas também temos de lamentar que haja alguns outros a parecer alheados desta questão, como se esta campanha não fosse também sua...

a própria experiência demonstra que não é difícil de, com realismo, rapidamente alcançarmos o nosso objectivo.

É objectivo do nosso Partido que a Atalaia seja um espaço de lazer e cultura, aberto todo o ano para um vasto conjunto de iniciativas.

Há muitas formas de participação nesta campanha dos 150 mil contos: a compra de Títulos de Participação, a participação no sorteio do próximo dia cinco de Janeiro (que vai assim para além do próprio final desta campanha), a aquisição da serigrafia da Festa do «Avante!», etc., etc.

Esta campanha dos 150 mil contos é, do ponto de vista numérico, a maior de sempre levada a cabo a nível nacional pelo PCP, estando agora no arranque para um final que se deseja para breve. Isto é, as organizações do PCP devem ter como finalidade atingirem as metas que têm de cumprir até ao fim do ano.

Tal não deverá ser particularmente difícil, quer pelos valores já alcançados, quer pelo facto de a recente Festa do «Avante!», já na Atalaia, com a grandiosidade e participação popular, massiva, que a caracterizaram, ser por si só um estímulo para que muitas pessoas, amigos do Partido e mesmo camaradas que até agora não deram a sua contribuição para esta campanha desejem agora fazê-lo ou até, quem sabe, para os que já contribuíram queiram reforçar a verba já entregue.

Um grande esforço

Estando já atingidos 110 mil contos de verba, teremos de facto de reconhecer ter sido grande o esforço de muitas organizações do Partido para este valor ser já possível, mas, enquanto há organizações que estão a chegar aos cem por cento das metas que têm por cumprir (havendo até o caso de uma organização que ultrapassa já a sua meta) outras há que se encontram francamente atrasadas, parecendo até estarem em início de campanha. Será tempo de essas organizações recuperar o atraso que registam, senão passam pela vergonha (entre aspas, claro!) de serem as últimas a cumprir as suas metas. Olhem que há um certo brio a defender!

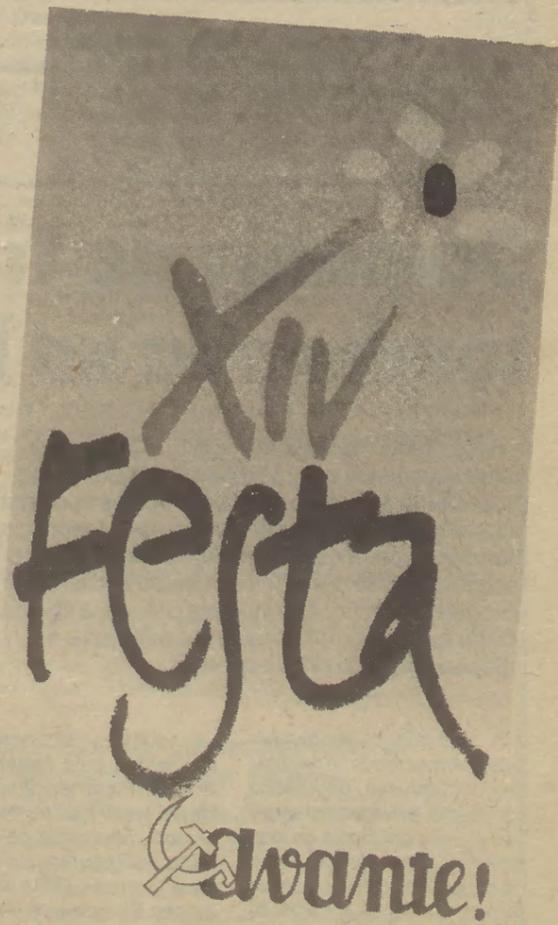
Aliás, e a este propósito, importa dizer que mesmo que todas as organizações alcançassem já valores que rondassem a meta de 150 mil contos, tal não significaria que os encargos que envolvem a compra do terreno da Atalaia para a Festa do «Avante!» estivessem desde já cobertos. É que para além do valor da compra do terreno teremos de somar os encargos fiscais daí decorrentes, as despesas com a construção de infra-estruturas que tornaram possível a realização nesse local da última «festa!» (e envolveram várias dezenas de milhares de contos).

Estabelecer metas individuais

É pois ainda uma tarefa grandiosa a que temos de meter ombros. Uma sugestão que aqui nos permitimos fazer a cada camarada, a cada comunista, é que cada um de nós, em termos individuais, estabeleça

as suas próprias metas no sentido de conseguir determinada quantia ou determinado número de pessoas a abordar no sentido de uma contribuição mais eficaz para esta campanha.

Se houver confiança política



Integrada na campanha dos 150 mil contos está à venda a serigrafia de José Araújo especialmente feita para a «festa» deste ano e que é impressa a seis cores, com tiragem de 400 exemplares devidamente numerados e rubricados pelo autor. Os pedidos podem ser feitos directamente para a redacção do «Avante!»

Parlamento Europeu

Sanções contra África do Sul até à abolição do apartheid

— defende Barros Moura

Pensamos que a CEE e a comunidade internacional devem manter todas as sanções em vigor contra a África do Sul até à abolição total e irreversível do apartheid - afirmou o eurodeputado Barros Moura, ao intervir no debate sobre a África do Sul realizado no âmbito da Assembleia Paritária ACP-CEE, reunida de 24 a 28 de Setembro, no Luxemburgo.

Barros Moura criticou na sua intervenção o plano anunciado pela polícia sul-africana e baptizado de «operação punho de ferro», e já denunciado por Nelson Mandela de «autorização para matar». Como lembrou o deputado, o plano, apresentado pelas autoridades como visando pôr termo às violências, prevê a vedação dos acampamentos dos trabalhadores imigrantes de certos *bidonvilles* com arame farpado, o reforço da presença militar e a eventual instauração do recolher obrigatório.

Para Barros Moura, «o que alguns preferem apresentar como afrontamentos interétnicos, tem à evidência razões bem mais profundas», que

vão desde a existência do próprio sistema de apartheid às condições sociais em que é mantida a população negra: o desemprego em massa afecta mais de 50 por cento da população nos ghettos.

Barros Moura aponta ainda, como causa da violência, as manobras de desestabilização provocadas «pelas forças determinadas em fazer fracassar o processo de paz», que contam com «a ajuda da polícia e de alguns sectores do próprio governo sul-africano».

Considerando esta situação «gravíssima», capaz «não só de fazer fracassar as negociações em curso», como também de «provocar uma guerra civil», Barros

Moura defende a necessidade de um apoio total «ao processo de negociação tal como ele é concebido pela declaração das Nações Unidas, a fim de assegurar um acordo sobre uma nova ordem constitucional, incluindo as eleições segundo o princípio "um homem, um voto" sobre uma lista eleitoral não racional».

Por esse motivo, sublinhou Barros Moura, os comunistas portugueses reafirmam a sua solidariedade para com o povo sul-africano «que se bate para que o objectivo destas negociações não seja a reforma, mas sim a abolição total do apartheid, a abolição de todas as leis repressivas ainda em vigor e o fim de todas as leis ainda existentes que permitem discriminações raciais, económicas e sociais».

Também por esse motivo o eurodeputado do PCP se pronunciou a favor da «resolução adoptada pela Assembleia Geral da ONU que pede expli-

citamente à comunidade internacional para não enfraquecer as medidas anti-apartheid enquanto não surgir a prova inequívoca de mudanças profundas e irreversíveis na África do Sul».

Neste contexto, Barros Moura criticou o facto de a «Comissão da CEE ter decidido recentemente uma transferência de três linhas orçamentais destinadas, respectivamente, às vítimas do apartheid, à ajuda ao SADCC e à independência da Namíbia, para as afectar aos refugiados do Golfo». Como fez notar o eurodeputado, «não podemos aceitar que o dever de solidariedade da CEE para com os refugiados - que julgamos indiscutível - se exerça em detrimento das vítimas do apartheid, ainda que temporariamente», pelo que se pede à Comissão que «restabeleça imediatamente esses créditos, que foram transferidos, aliás, sem consulta prévia ao Parlamento Europeu».

Nacional

Greve de zelo do pessoal consular na Suíça

Os trabalhadores consulares do Consulado Geral de Portugal, em Geneve, iniciaram na passada segunda-feira uma greve de zelo por tempo indeterminado. O «Avante!» teve oportunidade de focar numa reportagem, publicada em Julho, os motivos que conduziram à adopção desta forma de luta, que poderá evoluir para a greve geral, caso a situação se mantenha.

Um comunicado emitido pela Organização dos Militantes Comunistas da Suíça, sublinha que as razões desta luta são inteiramente justas e apela à comunidade portuguesa para que manifeste a sua compreensão e solidariedade ao pessoal consular.

De notar que, já em Julho passado, tinha sido distribuída uma circular em que o Cônsul Geral informava a comunidade portuguesa da situação do posto de Geneve, alertando para o facto de o Consulado Geral servir cerca de 70 mil nacionais portugueses, apenas com 14 funcionários.

O documento referia que repetidas vezes se solicitou o reforço do quadro de pessoal com dois funcionários, ao que o Ministério dos Negócios Estrangeiros respondeu sempre negativamente, alegando falta de verbas.

Os três pontos reivindicativos que os funcionários agora apresentam realçam expressamente a exigência de ampliação do quadro de pessoal e dos seus direitos sociais.

A Organização dos Militantes Comunistas da Suíça considera que «ao negar aos trabalhadores consulares direitos que lhes assistem, o Governo de Cavaco Silva manifesta o mais completo desprezo pelos emigrantes», acrescentando que os «prejuízos causados afectam também o nosso país».

Suspensão do envio de divisas

Também o Sindicato Interprofissional das Trabalhadoras e Trabalhadores (SIT) não hesita em classificar a situação no Consulado em Portugal em Geneve de «caótica», denunciando as más condições de trabalho, a falta de pessoal, as situações de compadrio em relação a alguns funcionários, a inexistência de um estatuto que salvaguarde os direitos dos funcionários, nomeadamente segurança social, reforma e segurança no emprego.

Neste contexto, esta organização sindical pede o apoio e solidariedade de toda a comunidade portuguesa para com os grevistas e solicita aos trabalhadores portugueses que suspendam o envio de divisas para Portugal até que o Governo crie condições dignas aos emigrantes na Suíça.

O SIT indica que já há algum tempo que chama a atenção das autoridades portuguesas competentes para a falta de qualidade do serviço consular que é prestado aos emigrantes. Concretamente, este sindicato alertou a presidente do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas para a grave situação criada pelo desmantelamento dos Serviços sociais junto do citado consulado. Actualmente, existe apenas uma funcionária no serviço de emigração para os 70 mil portugueses.

Ocupação de Timor condenada no Luxemburgo

A Assembleia Paritária ACP-CEE, que reuniu a semana passada no Luxemburgo, aprovou uma proposta de resolução em que se volta a condenar a ocupação ilegítima de Timor Leste pela Indonésia e os atentados contra os direitos humanos e a exigir o reconhecimento por todos os Estados do direito à autodeterminação, à autonomia cultural, à liberdade de utilizar os seus próprios recursos naturais e à independência do povo timorense.

A proposta de resolução, subscrita por todos os deputados portugueses, deputados socialistas e verdes holandeses e pelos principais grupos políticos, para além do apoio de muitos dos 69 países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) entre os quais os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, transitou da anterior sessão da Assembleia, realizada em Março na Papua Nova Guiné. Nessa ocasião, fortíssimas pressões de toda a espécie feitas pela Indonésia contra o país anfitrião levaram ao adiamento da votação da proposta para a sessão a realizar na Europa.

O texto em causa recorda

as posições anteriormente assumidas pela Assembleia ACP-CEE em relação ao problema de Timor Leste, bem como as adoptadas pelo Conselho de Segurança, Assembleia Geral da ONU e Parlamento Europeu, e exige a abertura imediata de um inquérito completo e independente sobre as informações respeitantes a «prisões arbitrárias de manifestantes pacíficos e de sevícias contra eles», de forma a encontrar uma solução para o conflito que se arrasta há quinze anos.

A proposta exige, por outro lado, a libertação incondicional dos timorenses presos

desde 1981, ou antes desta data, por se terem oposto à ocupação indonésia, o fim das execuções sumárias e a liberdade de acesso e de movimento dos observadores internacionais, bem como dos representantes das organizações de defesa dos direitos do homem, de forma a que possam estudar livremente a situação no país e verificar as informações respeitantes às violações dos direitos do homem.

A Assembleia Paritária convida, na sua proposta, o secretário-geral das Nações Unidas a estender aos representantes de Timor Leste os seus contactos na procura de uma solução, em vez de se limitar a fazê-lo com Portugal e a Indonésia. De referir, a propósito, que a convite dos deputados portugueses esteve presente na sessão do Luxemburgo uma delegação da Convergência Nacional de Timor (Fretilin e UDT) e da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, que aproveitou os trabalhos da Assem-

bleia Paritária para estabelecer contactos políticos de apoio à luta pelo direito à independência de Timor Leste e contra a violação dos direitos do homem pela Indonésia.

O texto da resolução aprovada condena ainda o acordo estabelecido entre a Indonésia e a Austrália para a exploração das reservas de petróleo em Timor Leste, e apela a todos os membros da Assembleia Paritária para que pressionem os respectivos governos e outras instituições comunitárias a interferirem junto da Indonésia em defesa dos interesses do povo maubere.

Foi ainda proposta a criação de um grupo *ad hoc* encarregado de elaborar um relatório sobre a situação em Timor Leste com vista a dar um contributo positivo à solução do conflito, bem como de estudar a possibilidade, no plano jurídico, da adesão de Timor Leste ao grupo de Estados ACP, tendo em conta o seu direito à autodeterminação.

COLECCÃO BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

edições
Avante!

Revolução e contra-revolução na Alemanha

Revolução e contra-revolução na Alemanha
Friedrich Engels

Um clássico do marxismo, rigorosamente traduzido e anotado.

O balanço da revolução de 1848-1849, com base no materialismo histórico em que se desenvolvem os princípios tácticos da luta revolucionária do proletariado.

Os motivos

Os funcionários do Quadro do Pessoal Assalariado em serviço no Consulado Geral de Portugal em Genebra, vêm por este meio dar conhecimento a V. Ex.ª que, em reunião hoje havida, dos referidos funcionários, foi tomada a decisão de, a partir da próxima segunda-feira, dia 1 de Outubro de 1990, iniciarem uma greve de zelo, pelos motivos que se discriminam:

1. a não ampliação do quadro do pessoal assalariado em 2 funcionários, conforme solicitado através de várias comunicações anteriormente enviadas à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros pelo chefe do Posto, justificada pela recente saída e não substituição de 4 funcionários da Delegação de Emigração e do 2.º oficial António Paiva bem como do aumento de volume de trabalho que se verifica diariamente;

2. a situação existente quanto ao preenchimento do lugar de secretária de 2.ª classe pela sr.ª dr.ª Clara Benilde Freitas que não reúne condições de trabalho requeridas para este posto, nomeadamente as suas longas ausências ao serviço que provoca transtornos no mesmo e de toda uma conjuntura não transparente que rodeia a referida funcionária;

3. o não pagamento, aos funcionários assalariados, da segurança social e subsídio de reforma a que os mesmos têm direito, e à semelhança do que sucede com a nossa Embaixada em Berna, representando essa despesa cerca de CHF: 250,00 mensais por assalariado;

Servem os presentes argumentos, para os funcionários em causa, efectuarem a referida greve de zelo, salvo urgentes indicações em contrário que a Secretaria de Estado venha a fornecer.

Internacional

GOLFO

Entre o diálogo e as armas

Os mercados financeiros europeus reagiram com rapidez, e de forma positiva, às declarações favoráveis a um possível diálogo, tanto da parte do presidente norte-americano, no discurso proferido na ONU, como de Saddam Hussein. Mas entretanto as armas continuam a acumular-se na região do Golfo e a incerteza é uma realidade longe de estar ultrapassada.

No seu discurso perante as Nações Unidas, Bush afirmou que, se o Iraque retirar do Kuwait, «penso que chegará a ocasião para o Iraque e o Kuwait resolverem as suas divergências de forma permanente, para os Estados do Golfo alcançarem novas formas de estabilidade e para todos os Estados e povos da região resolverem o conflito que divide os Árabes e Israel». Um reconhecimento formal da necessidade de corresponder às justas exigências do povo palestino e de criar condições de paz para o povo libanês?

A verdade é que nenhuma solução será possível ignorando as situações de tensão e profunda injustiça que se vivem na zona, e em particular a ocupação, por Israel, das terras palestinas.

Entretanto, o porta-voz de uma delegação de movimentos islâmicos de 11 países árabes e muçulmanos, Hasen Tourabi, antigo secretário-geral da Frente Islâmica Sudanesa, afirmou, em Amã, que o presidente iraquiano estaria disposto a examinar «todas as propostas de paz, mesmo as que impliquem uma retirada parcial do Kuwait e o direito dos kuwaitianos à autodeterminação».

Os discursos de abertura ao diálogo estão, entretanto, a ser acompanhados de novos fornecimentos de armas para a zona do Golfo. Os Estados Unidos anunciaram o fornecimento a Israel de novos mísseis terra-ar Patriot. Cerca de 400 mísseis do mesmo tipo serão fornecidos à Arábia Saudita. Uma acumulação de armamento que só por si aumenta a tensão que se vive no Golfo.

Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina, lembrou oportunamente, em apelo à comunidade internacional, a questão fulcral dos palestinos, vítimas de uma repressão selvagem, que os actuais acontecimentos no Golfo poderão ainda agravar.

Em mensagem dirigida ao povo palestino, por ocasião das comemorações do nascimento de Maomé, Ara-

fat disse: «Esperamos que os membros do Conselho de

Segurança da ONU mostrem nesta questão a mesma determinação que demonstraram na crise do Golfo.»

Neste quadro é significativo que, também nos Estados Unidos, a questão da presença de forças militares americanas no Golfo está longe de ser pacífica.

Recentemente, centenas

de manifestantes juntaram-se nas ruas de Chicago e São Francisco, exigindo «Paz no Médio Oriente». Trinta e duas pessoas foram presas nesta manifestação.

As acções de protesto dos americanos contra a presença militar dos EUA no Golfo e pela paz estão-se a tornar cada vez mais frequentes.



Manifestante pacifista, preso pela polícia em São Francisco

testemunhos

Crescem sentimentos antiamericanos

«Somos desde há muito contra o regime de Saddam Hussein. Sofremos o suficiente por tê-lo dito, no nosso país, na época em que o nosso governo o apoiava abertamente sob o pretexto de que ele combatia o Irão.» Esta é a opinião de um comunista do Kuwait, em conversa com «L'Humanité», órgão central do PCF, e de que aqui damos nota.

Uma opinião, de entre muitas, em geral ignoradas.

Para este comunista do Kuwait, os árabes que hoje apoiam Hussein, e que nele vêem uma esperança de libertação, «estão profunda-

mente enganados. Não ganharão nada em apoiá-lo, a menos que seja uma terrível guerra para todo o mundo. Devem pelo contrário pressioná-lo para o convencer a negociar. É a única solução».

A intervenção militar norte-americana é frontalmente condenada. «Há anos que lutamos contra qualquer intervenção estrangeira na região. Pensamos que Saddam Hussein, ao invadir o nosso país, serviu o inimigo que afirma combater: todos sabiam perfeitamente, e ele antes dos demais, que meter os pés no Kuwait seria trazer os americanos. Eles sonhavam com isto há muito e tinham preparado a sua intervenção».

Este sentimento, contra a

presença militar norte-americana, tenderá a acentuar-se ainda entre as populações dos diferentes países do Médio Oriente.

Békir Uabir, especialista do Curdistão, recentemente regressado da Turquia e do Iraque, comenta: «Pelo que pude apreciar, parece que os sentimentos antiamericanos tendem a ultrapassar os sentimentos anti-Saddam, muito fortes e que teriam tendência a reforçar-se por causa das dificuldades económicas. As privações devidas ao embargo são já sensíveis e não se encontra grande coisa para comer. Mas o ódio cristaliza-se em torno dos americanos».

Entretanto, e simultaneamente, têm vindo a deflagrar várias revoltas contra a fome em cidades do Iraque. As manifestações mais importantes decorreram em Mossoul (nordeste) e Bassorah (sul). A violência da repressão fez 58 mortos.

Conferência da CSCE sobre o Mediterrâneo debate questões político-militares pela primeira vez

A Conferência sobre problemas do Mediterrâneo, realizada em Palma de Maiorca, permite, pela primeira vez, a abordagem das questões político-militares da região a par do conjunto dos outros problemas.

Na Conferência, que se realiza em conformidade com o mandato do encontro de Viena dos Estados participantes da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), além dos países da CSCE tomam parte, também, representantes de estados árabes, Argélia, Egipto, Tunísia, Líbano, Marrocos, Síria e, ainda, Israel.

Tendo como pano de fundo a crise do Golfo Pérsico, a tarefa principal da Conferência, é debater os aspectos concretos da cooperação e segurança na região do Mediterrâneo, sendo previsível que novas questões das relações Norte-Sul sejam abordadas uma vez que nessa região se entrecruzam os problemas políticos, religiosos, demográficos, socio-económicos e militares, capazes de levar o mundo a um conflito, como veio provar a presente Crise no Golfo que agravou a situação na região.

Entretanto, a parte soviética rejeita qualquer transposição da lógica de confrontação Leste-Oeste, em declínio na Europa, para qualquer outro eixo geográfico, seja Norte-Sul, Sul-Sul, ou outro.

Na opinião de Igor Sudarev, membro da delegação soviética à Conferência e consultor do MNE da URSS, este fórum foi convocado para «examinar as vias e meios de reforço dos diversos aspectos da cooperação, incluindo a defesa e a preservação dos ecossistemas do Mediterrâneo, a ampliação da cooperação dos estados mediterrânicos participantes (na CSCE) com os não-participantes e o fomento do reforço da confiança e da segurança na região».

No mandato da CSCE para a realização da Conferência considera-se que a segurança da Europa está «intimamente ligada à segurança na região do Mediterrâneo, na generalidade».

O delegado soviético considera que no Mediterrâneo se mantém a tensão e não foi regularizada uma série de problemas fulcrais, que ganham um relevo crescente, entrando em manifesta «contradição com os processos europeus positivos».

A iniciativa espanho-italiana de convocar uma conferência especial sobre segurança e cooperação no Mediterrâneo, visa contribuir para a solução global dos problemas da região.

Ambos os países defendem a participação de todos os Estados não europeus do Mediterrâneo nesta iniciativa, procurando introduzir na região a experiência europeia de cooperação e desanuviamento.

Fernandez Ordonez, ministro dos estrangeiros espanhol declarou que «em resultado do processo de transformações na Europa Oriental e Central estamos a passar das actuais relações «Leste-Oeste» para uma situação nova em que o eixo «Norte-Sul» é principal e nele os problemas do Mediterrâneo são os problemas-chave».

Um dos problemas principais da cooperação no Mediterrâneo é o da protecção ecológica, uma vez que se trata de uma zona de alta densidade populacional, intensa actividade costeira e elevado ritmo de desenvolvimento, pelo que se coloca, permanentemente, o perigo de uma catástrofe ecológica.

A parte soviética defende o princípio de que os sistemas ecológicos e hídricos do Mediterrâneo e do mar Negro constituem um todo único e requerem esforços colectivos de todos os países directamente interessados para a sua defesa, declarou Sudarev.

Senado norte-americano ratifica tratado sobre limitação de testes nucleares

O Senado dos Estados Unidos ratificou dois tratados soviético-norte-americanos sobre a limitação de testes nucleares subterrâneos e a realização de explosões nucleares com fins pacíficos, bem como protocolos anexos.

Os tratados, que limitam a potência das explosões subterrâneas a 150 quilotoneladas de equivalente TNT, tinham sido assinados em 1974 e 1976, mas nunca tinham sido ratificados pelos Estados Unidos devido a divergências sobre os mecanismos de controlo.

O limite das 150 quilotoneladas foi no entanto sempre formalmente respeitado pelos dois países, que em Novembro de 1987 decidiram encetar novas negociações sobre os processos de controlo.

Depois da realização de várias experiências conjuntas, foram elaborados protocolos de controlo, que foram assinados a 1 de Junho passado, durante a Cimeira de Washington entre os presidentes dos Estados Unidos e da URSS.

550 empresas militares vão ser reconvertidas na URSS

Até 1995, 550 empresas de armamentos vão ser reconvertidas na URSS, de acordo com um programa apresentado à discussão, numa reunião do Conselho Presidencial, por Igor Belussov, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS.

Segundo as previsões, a reconversão destas empresas permitirá aumentar, nos próximos cinco anos, a produção de artigos de grande consumo até 270 mil milhões de rublos, ou seja duas vezes mais que no quinquénio anterior, informou o porta-voz presidencial Vitali Ignatenko, num briefing para a imprensa.

O programa sobre as principais orientações da conversão da indústria e ciência defensiva com vista à elaboração e produção de artigos fundamentais para a economia nacional, que está a ser debatido sob a orientação de Mikhail Gorbachov, prevê ainda o aumento da produção de equipamento tecnológico para os sectores transformadores do complexo agro-industrial, indústria alimentar, médica, informática, meios de comunicação, televisão, rádio, construção naval e aeronáutica.

AKEL em Congresso

A convite do Comité Central do Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL) do Chipre, encontra-se neste país, Carlos Aboim Inglês, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros e do Comité Central do Partido Comunista Português, em representação do PCP no 17.º Congresso daquele partido.

O 17.º Congresso do AKEL decorre em Nicósia, de 3 a 7 de Outubro de 1990.

Internacional

ALEMANHA

Múltiplos problemas numa data histórica

Uma nova realidade está hoje criada no continente europeu. Música de Beethoven acompanhou o acto solene de ratificação do Tratado de unificação da Alemanha, anteriormente assinado em Moscovo. 3 de Outubro vai sem dúvida ficar como uma data histórica. Mas não são poucos os problemas, já mesmo anteriormente despoletados. Passadas as cerimónias oficiais e os festejos populares, que futuro, no concreto, se desenhará para o povo alemão e em particular para os 17 milhões de habitantes da ex-RDA?

«Ficámos felizes quando o muro caiu, mas isso só durou uns dias. Hoje prevalece o medo e a desconfiança», disse o escritor oeste-alemão Gunther Grass, num Forum recentemente realizado em Paris, sobre a Alemanha. Uma opinião provavelmente partilhada por muitos alemães.

A Oeste por que se temem os custos, o peso das verbas que deverão ser canalizadas para o território da antiga RDA.

A Leste pelas óbvias perdas no domínio social (e não por acaso as preocupações e até o protesto se afirmam com particular força entre as mulheres).

E pelo encadeado de problemas socioeconómicos que parecem proliferar como cogumelos.

Sem dúvida porque a economia da RDA sofria sérias limitações e problemas no seu desenvolvimento (pelo menos em termos comparativos com a da RFA). Muitas são as empresas que vão à falência porque os seus produtos são rejeitados no mercado.

Mas também porque o que hoje se vive é uma verdadeira ofensiva do grande capital oeste-alemão, que aliás também sabe utilizar em seu proveito as capacidades que, nomeadamente no plano de formação e investigação, a RDA soube desenvolver.

Uma sondagem há dias divulgada indica que 86 por cento dos alemães da ex-RDA (hoje constituindo cinco novos

Estados Federados da Alemanha) temem perder o seu emprego.

Problemas sociais a grande preocupação

Um temor bem compreensível, num período em que se calcula que o ritmo de desemprego atinja a média de 30.000 a 40.000 pessoas por semana.

A questão do desemprego assume-se como uma preocupação maior, que todas as previsões amplamente justificam.

Assim, e segundo o Instituto alemão de investigação económica, no próximo ano o número de postos de trabalho na ex-RDA deverá reduzir-se em mais de dois milhões em relação a 1989. O mesmo Instituto prevê que em 1991, os cinco Estados da Alemanha de Leste contarão com 1.400.000 desempregados e um milhão de desempregados parciais.

Previsões que podem entretanto ainda ser consideradas como optimistas. Já hoje há 1,5 milhões de trabalhadores a tempo parcial. Algumas projecções apontam para três milhões de desempregados no próximo ano.

São muitas as empresas que estão a encerrar. Antes do mais por não estarem preparadas (dada a situação anterior e a rapidez do processo) para competir com a indústria oeste-

alemã — equipamento envelhecido e poluente.

Mas também por outras ordens de razões. As empresas especializadas em produção destinada à exportação para o Leste, perderam encomendas depois da unificação monetária. É o caso, nomeadamente, da empresa mineira de extracção de potássio da Saxónia-Anhalt, que perdeu as encomendas dos países de Leste, desde que entrou em vigor a união monetária. 460 mineiros desta empresa estão actualmente em greve de fome, reivindicando a sua reconversão social, pois são 15 mil os postos de trabalho ameaçados.

Um outro dado que pode ser decisivo — na prática, a banca só está a conceder empréstimos às empresas que entretanto avançaram com acordos com as da Alemanha Ocidental. E quem, e como, decide de tais acordos?

A Treuhandanstalt

A Treuhandanstalt, ou, abreviadamente, «Treuhand», é o organismo criado, por decreto de 17 de Junho do Parlamento de Berlim-Leste, para proceder à reorganização e privatização das oito mil empresas estatais, que representavam 80% da economia leste-alemã e quatro milhões postos de trabalho.

A verdade é que quem decide de facto na «Treuhand» (o que aliás na prática também se estava a verificar neste domínio, ainda antes da criação de tal organismo) são os grandes grupos económicos alemães, que tenderão a controlar a maior parte do potencial económico do Leste alemão.

A Volkswagen — o principal grupo europeu de produção de automóveis — já deu início à



O desemprego é um dos problemas dominantes para os trabalhadores da parte da actual Alemanha que é hoje a RDA. É grande o número de postos de trabalho ameaçados

construção de uma fábrica perto de Zwickau, no sul do território da ex-RDA, que deverá dar trabalho a seis mil empregados da Trabant (que produzia os mais populares automóveis na RDA). Nesta fase poderá ainda pagar aos seus operários cerca de menos 40 por cento do que se paga a Ocidente da Alemanha.

Para já, toda esta evolução deverá favorecer o processo anteriormente em curso na RFA de concentração e reorganização do capital. Em 1988, 1.100 fusões de empresas, num montante de 135 mil milhões de marcos, foram oficialmente autorizadas. Contra 887 processos idênticos em 1987 e 802 em 1986.

RDA não é Taiwan

«A RDA não deve tornar-se a Taiwan da RFA», afirmava Jutta Dittfurth, dos Verdes, meses antes deste 3 de Outubro.

Haverá sem dúvida quem aposte nessa perspectiva. Uma perspectiva entretanto recusada por largas camadas da população alemã.

E de recordar que, já em Novembro do ano passado, quando da emigração em massa da RDA para a RFA — sintoma e testemunho dos profundos problemas que se viviam na RDA (e naturalmente também das muitas ilusões) — os sindicatos oeste-alemães exprimiram as suas preocupações quanto às consequências de tal emigração, na qual viam uma ameaça às lutas em curso pela redução do horário de trabalho (em que já se alcançaram significativos avanços), e a elevação do poder de compra, contra o desemprego e a crise da habitação.

Também na RDA, diferentes lutas se têm vindo a desenvolver. Por razões de ordem laboral. Em defesa dos postos de trabalho. Contra a perda de direitos sociais. Contra as manifestações de racismo, chauvinismo e mesmo fascismo, despoletadas com este período de crise.

Face a uma quebra dos preços agrícolas de 45 a 70%, e a dificuldades de escoamento dos produtos, camponeses da RDA chegaram a despejar leite nas estradas, como forma de protesto.

Em diferentes ramos da indústria, têm-se realizado greves pela protecção dos postos de trabalho, em particular no sector metalúrgico.

De referir ainda que, segundo cálculos oficiais, o custo da fusão económica será da ordem dos 1.200 mil milhões de marcos — 57% do PIB da RFA.

Na verdade, os problemas — diferentes embora — tenderão a tornar-se comuns ou interdependentes. E as lutas, unificadoras. A Alemanha não se pode resumir a um grande protótipo económico, nas mãos de alguns dos maiores grupos capitalistas do mundo.

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

1. A unificação da Alemanha constitui um acontecimento de grande relevo, não só pelo significado de que se reveste para um dos mais importantes povos da Europa, como pelas repercussões e implicações que tem no plano internacional.

Apesar de corresponder à vontade manifestada pela maioria do povo alemão, as condições em que se realizou a unificação, configurando um processo de anexação da RDA pela RFA e em que se enquadra a política das forças governantes e dominantes da Alemanha unificada, levantam apreensões, tanto mais justificadas, quanto é manifesto o entusiasmo das forças reaccionárias e da sua Comunicação Social em torno deste acontecimento.

2. A Alemanha unificada surge como uma poderosa potência no plano europeu e mundial. É conhecido o poderio económico e financeiro da RFA e o papel dominante que desempenha na CEE. Ao incorporar o potencial económico da RDA, a Alemanha unificada pesará mais ainda nas relações a nível da Europa e nas relações internacionais em geral. A sua integração na NATO, com o alargamento da esfera de influência desta organização, constitui igualmente um factor de inquietação quanto à correlação de forças militares na Europa. Já aparecem manifestações de revanchismo e reclamações da revisão das fronteiras saídas da II Guerra Mundial. Acompanhando o processo de unificação assinala-se o avanço das forças de direita na Alemanha.

Estes factores, segundo o PCP, acentuam a necessidade de assegurar sólidas garantias internacionais no quadro do processo de segurança e cooperação na Europa e na sequência dos importantes acordos já assinados, para que as forças revanchistas e o capital monopolista alemão não retomem as tendências expansionistas que já causaram duas guerras mundiais nem se arroguem perigosas ambições a nível da CEE e da Europa.

O PCP considera também que, para este objectivos terá uma contribuição decisiva a acção das forças políticas e sociais que, nas novas condições, intervêm em prol de uma Alemanha democrática, pacífica e progressista.

3. O ritmo e o conteúdo do processo de unificação foram marcados e definidos pelo governo da RFA tendo mais em conta os interesses do grande capital oeste-alemão do que os interesses reais dos trabalhadores e das populações das duas Alemanhas. Foram semeadas muitas ilusões em relação aos resultados duma rápida unificação, tendo designadamente em vista as próximas eleições de 2 de Dezembro, que as forças de direita esperam vencer. A negociação para a unificação não salvaguardou interesses legítimos e negáveis benefícios sociais da população da RDA, alcançados com a construção de uma sociedade nova apesar de erros, atrasos e de um «modelo» comportando graves deformações do ideal socialista que conduziram à sua derrota. O acelerado desmantelamento das estruturas económicas da RDA, conduzida pelos grandes grupos económicos da RFA, criaram inquietantes perspectivas de desemprego e insegurança para os trabalhadores na Alemanha unificada.

O PCP espera que essas perspectivas possam ser combatidas pela acção dos trabalhadores e do povo alemão, cujas tradições de luta são bem conhecidas.

4. O PCP manifesta a sua esperança de que as forças democráticas e progressistas da Alemanha serão capazes de assegurar ao seu país uma política de paz, progresso e justiça social com uma contribuição positiva para o desenvolvimento frutuoso de um clima de desanuviamento e cooperação internacional.

3.10.90

«Uma Junta Militar de tipo fascista constituída por 3 ministros de Costa e Silva tomou as rédeas do poder no Brasil.

Após 5 anos de ditadura militar instituída pelo golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e suprimiu as liberdades democráticas do povo brasileiro, os militaristas ultra-reaccionários, num novo golpe de força, erigiram em lei a violência e o terror. A alguns dias da anunciada reabertura do Parlamento e promulgação da nova Constituição, o golpe dos ultras interveio subitamente, impedindo a concretização de tais medidas que consideram «perigosas».

A pena de morte, que foi decretada sem demora, assim como as penas de desterro, prisão perpétua e confiscação de bens para as chamadas «actividades subversivas», «guerra psicológica e guerra revolucionária» visam sobretudo sufocar a acção das forças democráticas e progressistas, na sua luta pela liberdade e independência do povo brasileiro.

Em 9 Estados do Brasil já foi proibida a realização das eleições municipais previstas para o dia 15 de Novembro. A Junta Militar prepara novas medidas de repressão violenta, enquanto afirma que procura assegurar «a continuidade na ordem», que é aquela que melhor serve os interesses do imperialismo e da pior reacção nacional.

As forças democráticas e progressistas do nosso país e o povo português em geral não podem deixar de exprimir publicamente o seu protesto ante este revoltante atentado ao direito à vida e à liberdade do povo brasileiro (...) Impõe-se que o eco da nossa solidariedade activa chegue depressa ao povo brasileiro.»

(«Solidariedade ao povo brasileiro» - «Avante!», VI série, n.º 407, 1.ª quinzena de Outubro de 1969)

AVANTE!

«No aeroporto militar da Portela, aviões estrangeiros (2 a 3 por noite) estão a ser carregados, desde meados de Agosto, com armas e munições diversas, minas de fabrico brasileiro e argentino, entre outras coisas. Os tripulantes brancos não falam português: falam alemão e francês; os tripulantes negros nunca saem dos aviões...

Realizada quase sempre pela calada da noite, a operação é oficialmente secreta, como oficialmente secreto é o destino das armas e dos homens e a nacionalidade dos aviões. Mas tudo leva a crer, e todos dizem, que se trata também do envio de mercenários cujo destino é o Congo.

Acusado internacionalmente de repetidas ingerências na vida interna do Congo, o governo fascista de Salazar tem negado clinicamente uma tal intervenção. A este respeito, no comunicado da reunião do CC do PCP realizada em Julho último pode ler-se que (...) «o governo de Salazar se tornou um dos principais instrumentos da intervenção imperialista em África».

Estabelecendo alianças e acordos com os regimes mais reaccionários de África; recebendo e dando todas as facilidades a Tchombé, que através da Norte-Importadora se vinha abastecendo de armas e munições; acolhendo e instalando oficialmente, em fins de 1966, mercenários a soldo de Tchombé, fugidos do Congo; apoiando agora activamente, com armas e bases, o belga Schramme; montando uma rede de espões e sabotadores (...), o governo de Salazar está a acumular sobre o povo português graves perigos.»

(«O governo de Salazar participa activamente na conspiração imperialista em África» - «Avante!», VI Série, n.º 383, Outubro de 1967)